

Avaliação do UNDAF 2007-2011

Brasil

Brasília, agosto de 2011

Introdução

PARTE I – Enfoque e Metodologia da Avaliação

1. Antecedentes

2. Contexto de desenvolvimento do UNDAF 2007/2011: a revisão de meio-termo

3. Sistema de Monitoramento e Avaliação

PARTE II – Resultados

4. Apoio a Prioridades Nacionais

5. Uso do UNDAF nos marcos de resultados

6. Execução Financeira UNDAF

7. Conclusões e Recomendações

ANEXOS: Matriz de Avaliação – Produtos e Resultados

Introdução

O UNDAF (sigla que vem do inglês ‘United Nations Development Assistance Framework’, ou seja, ‘Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento’) é antes de tudo um instrumento de planejamento que para ser entendido precisa ser contextualizado dentro de uma agenda de reforma das Nações Unidas. Junto com o CCA (do inglês, ‘Common Country Assessment’, ou seja, ‘Avaliação Conjunta de País’), o UNDAF é parte de um esforço das Nações Unidas de coordenação de suas atividades através de uma visão coerente e de estratégias integradas de ação de acordo com as prioridades nacionais. O UNDAF não é um programa. É um documento estratégico, de planejamento.

O UNDAF reflete o valor agregado e o conjunto dos resultados comuns das Nações Unidas em determinado país. Ele é caracterizado não somente por ser uma resposta integrada, comum a todas agências das Nações Unidas operando dentro de um país, mas sim fundamentalmente por ser baseado nos seus princípios de programação (abordagem dos direitos humanos, igualdade de gênero, equidade, sustentabilidade ambiental, gestão por resultados e desenvolvimento de capacidades). É na simplicidade dos elementos comuns das diferentes agências das Nações Unidas que encontramos os elementos norteadores para suas operações em realidades complexas como a Brasileira.

O coração de um UNDAF é a sua matriz de resultados, onde os principais resultados das ações integradas das Nações Unidas em cooperação com o Governo podem ser visualizados. Essa matriz é complementada tradicionalmente pela matriz de monitoramento e avaliação, onde objetivos, indicadores e fontes de dados são apresentados para cada um dos resultados. O foco é dado na contribuição coletiva do Sistema das Nações Unidas (SNU) ao desenvolvimento das prioridades nacionais.

O objetivo desse relatório de avaliação do UNDAF 2007-2011 é i) mapear como as ações do SNU no Brasil contribuíram para as mudanças ocorridas no país desde o início do UNDAF; ii) avaliar como as agências do SNU no Brasil utilizam o UNDAF nos seus marcos de resultados e iii) examinar as lições aprendidas no uso do UNDAF como um marco lógico comum durante o período em questão.

Esse relatório está dividido em duas partes. A primeira parte possui um caráter mais analítico e metodológico, avaliando do ponto de vista mais técnico a estrutura do UNDAF 2007-2011. A segunda parte é mais empírica, explorando os principais objetivos dessa avaliação como descritos nos itens acima. O UNDAF é importante não somente pelo seu desenho, mas também pelo mecanismo de gestão que representa. Isso significa que na análise do marco de resultados importa discutir não somente sua coerência estratégica mas também seu conteúdo técnico e visão dos temas prioritários e mandatos das agências refletidos em ações conjuntas e integradas.

Parte I – Enfoque e Metodologia da Avaliação

1. Antecedentes

O SNU no Brasil é composto por 20 organizações que integram também o UNCT (do inglês, ‘United Nations Country Team’, ou seja, o ‘Time das Nações Unidas no País’): PNUD, UNICEF, UNFPA, UNESCO, ONU Mulheres (antes UNIFEM), UNAIDS, PNUMA, UNODC, UN-HABITAT, UNIC, UIT, OPAS-OMS, OIT, CEPAL, FAO, UNIDO, UNITAR, Banco Mundial e FMI. Essas organizações são apoiadas pelo VNU (Programa de Voluntários das Nações Unidas)[[1]](#footnote-1). O UNCT contempla também diversas estruturas interagenciais como grupos de trabalho (GT), forças-tarefa (FT) e o grupo de aconselhamento ao Coordenador Residente (CR). Sua principal função é desenvolver uma abordagem coordenada para planificar, implementar e monitorar as atividades preconizadas pelo UNDAF. Atualmente no Brasil cabe mencionar o Grupo Temático de Gênero e Raça, o Time Integrado do SNU sobre AIDS, o Grupo Temático Ampliado sobre o HIV/AIDS, a Força-Tarefa do Time Técnico de Emergência das Nações Unidas (UNETT), o Time de Comunicações, a Força-Tarefa para o CCA/UNDAF, a Força-Tarefa para a Cooperação Sul-Sul e a Força-Tarefa ONU Verde. Além disso, o trabalho do UNCT conta com a colaboração de cinco Programas Integrados, três dos quais são apoiados pelo Fundo de Realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM-F).

É esse trabalho coletivo, coordenado, articulado, inclusivo e alinhado com as prioridades nacionais de desenvolvimento que é objeto do UNDAF. Nesse relatório de avaliação do UNDAF 2007-2011 são seguidos os parâmetros e referências dadas pelos Guias de Preparação I e II do UNDAF elaborados pelo UNDG (do inglês ‘United Nations Development Group’, ou seja, ‘Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas’), contemplando os principais critérios de avaliação, princípios de programação e guias de planejamento estratégico adequado ao papel do SNU.

O UNDAF 2007-2011 foi preparado a partir do CCA conduzido em agosto de 2005, que resultou de um esforço intenso do grupo temático criado para o desenvolvimento de processos de programação integradas ao longo do ano. O UNDAF gerado definiu cinco áreas de cooperação nas quais o SNU no Brasil deveria focar suas ações, contribuindo assim com a melhoria das principais questões nacionais levantadas pelo CCA. Um Retiro de Planejamento Estratégico foi conduzido em outubro de 2005 no qual membros do UNCT e representantes do governo estiveram presentes. As áreas prioritárias para a atuação do SNU no Brasil que foram escolhidas foram:

1. Promoção do acesso eqüitativo aos serviços públicos, estruturado a partir de uma perspectiva de direitos humanos, identificando as limitações dos direitos das pessoas em termos de acesso, qualidade, participação e controle social nas áreas de segurança alimentar, saúde, moradia digna, água e saneamento, trabalho decente e tratamento do HIV/AIDS;
2. Garantia de equidade de gênero e raça, tornando esse princípio parte da elaboração e implementação de políticas em relação ao acesso à educação, saúde e trabalho decente;
3. Redução da vulnerabilidade à violência, com o objetivo de que os cidadãos possam desfrutar de integridade física, liberdade e propriedade e beneficiarem-se de um sistema judicial mais moderno e humanizado;
4. Promoção de políticas transparentes e direitos humanos, fomentando a boa governança em todos os níveis e enfrentando os impedimentos ao exercício da cidadania plena, estimulando uma maior participação da sociedade civil, do setor privado e das instituições do governo ao diálogo social e dos atores sociais nos processos públicos;
5. Apoio ao desenvolvimento econômico mais sustentável, empregando recursos de modo mais eficiente e aumentando a capacidade de priorização dos gastos sociais e de incorporação da temática ambiental na formulação e implementação de políticas públicas.

O UNDAF 2007-2011 chamou atenção para os efeitos da desigualdade, entendida multidimensionalmente, nos impactos dos esforços do SNU sobre as prioridades nacionais. O progresso expressivo atingido pelo Brasil nesses últimos anos na redução das desigualdades (em várias frentes) reitera o diagnóstico e análise feita por esse documento e a sintonia fina do SNU com as prioridades nacionais.

2. Contexto de desenvolvimento do UNDAF 2007/2011: a revisão de meio-termo

O UNDAF é um documento vivo cuja responsividade depende do seu grau de adaptabilidade. Por isso ele é sujeito a revisões periódicas. No final de 2008, aproximadamente dois anos após a redação do UNDAF 2007/2011, empreendeu-se um exercício de revisão das prioridades estabelecidas e de sua adequação as mudanças políticas, econômicas e sociais acontecidas no Brasil. Essa revisão foi conduzida como um processo integrado entre as agências do SNU no Brasil com o propósito de fortalecimento dos componentes de avaliação e monitoramento do UNDAF. Esse processo contou com a participação estratégica da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) na releitura das prioridades desenvolvidas pelo UNDAF. A revisão foi beneficiada pela resolução 62/208 da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Avaliação Trianual que reforçou a importância do alinhamento estratégico de suas agências dentro de um marco de direitos humanos, paz, segurança e desenvolvimento humano como parte da estrutura operacional do SNU. Com isso a importância da questão da harmonização dos procedimentos operacionais como parte da estratégia básica do SNU ficou ainda mais em evidência.

A principal conclusão da Revisão de Meio-Termo do UNDAF 2007/2011 é de que os seus princípios e estratégias norteadoras mais importantes continuaram todos válidos.

O progresso atingido pelo Brasil nas áreas definidas como prioritárias pelo UNDAF foi significativo, se visto não somente pela introdução e consolidação de programas governamentais como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o Bolsa Família, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), entre outros, mas também pelos resultados que eles geraram em termos de crescimento econômico, redução da pobreza e desigualdade, políticas para a redução da violência e melhoria da qualidade da educação, etc. Também como consequência desses resultados, o Brasil se comprometeu com metas muito mais ambiciosas para a realização dos ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), especialmente com o atingimento dos ODMs para todos, ao invés de apenas muitos.

A grande novidade da Revisão de Meio-Termo foi a introdução do tema ‘Cooperação Sul-Sul’ (como foi chamado) como uma questão transversal para ser priorizada pelo SNU no Brasil. O Governo Brasileiro vem promovendo ações de cooperação horizontal desde os anos 70 nas áreas mais diversas como agricultura, treinamento profissional, educação, justiça, esportes, saúde, meio-ambiente, tecnologia, biocombustíveis, entre tantos outros. No entanto, mais recentemente, com o fortalecimento da liderança internacional exercida pelo país foi natural que esses programas se intensificassem abrindo oportunidades para que o SNU apoiasse o Governo Brasileiro no planejamento, mobilização, implementação e monitoramento dessas iniciativas, com foco na transferência de conhecimento e avaliação de boas práticas.

A Revisão de Meio-Termo também tratou, se bem que com menor ênfase, do tema ‘Fortalecimento de Capacidades’ como outro elemento transversal cujo valor adicionado potencial reside na resposta a demanda governamentais locais, principalmente nas regiões mais desfavorecidas do Brasil. De certo modo, a ênfase no fortalecimento de capacidades de governos locais corresponde a uma ação estratégica de trabalho cujo efeito final acaba por atingir as populações mais excluídas e vulneráveis do país.

Naquele momento foi possível notar que o total executado pelo SNU dentro dos 5 principais resultados planejados do UNDAF 2007/2011 já representava um valor 70% superior a estimativa original feita (US$ 373,055,546.78 em relação aos US$ 219,891,453.00[[2]](#footnote-2) previstos), com ênfase particular aos resultados 3 e 5 (respectivamente sobre a redução da violência, promoção da paz, conciliação e justiça e a promoção de um desenvolvimento econômico mais sustentável mais equitativo).

O principal desafio colocado na Revisão de Meio-Termo, ecoado pelo ‘Roadmap para o CCA/UNDAF 2012-2015’, foi um maior envolvimento de ‘stakeholders’ chave nos estágios de construção e implementação das orientações estratégicas escolhidas e consensuadas, assim como no acompanhamento das oportunidades criadas. Para tal a continuidade da estratégia de aprofundamento do nível de harmonização dos procedimentos operacionais entre as agências do SNU no Brasil foi vista como crucial. A revisão de meio-termo gerou uma lista de indicadores simplicada, que incluía apeans aqueles que eram realmente factíveis. Também gerou uma proposta de sistema de monitoramento baseado nesta lista de indicadores simplificada.

3. Sistema de Monitoramento e Avaliação

A base do sistema de monitoramento e avaliação utilizado pelo UNDAF é dada pelos princípios de RBM (do inglês ‘Results Based Management’, que pode ser traduzido por ‘Gestão por Resultados’). Dentro do marco proposto pelo RBM, uma distinção crucial é entre ‘produtos’ e ‘outcomes’. Por ‘produtos’ entende-se produtos ou serviços que resultem da finalização de atividades dentro de uma determinada intervenção. Como tal, eles são atingíveis dentro de um ciclo de planejamento e são o fruto de mudanças operacionais. Eles devem ser tangíveis, suficientes e possuirem a característica de estarem sob o controle ou influência das estratégias escolhidas. Por outro lado, ‘resultados’ são as próprias mudanças pretendidas pelas estratégias escolhidas, cuja realização depende de inúmeros fatores, muitos dos quais vão além do controle do trabalho das agências (bem como além do controle de outros participantes). Ao separar produtos de resultados, a gestão por resultados contribui para o estabelecimento de uma cadeia lógica de procedimentos que visa a melhoria dos sistemas de monitoramento e avaliação. Para tal, os resultados escolhidos devem:

- ser específicos

- ser uma contribuição substantiva e mensurável ao desenvolvimento do país

- ser realisticamente alcançáveis

- refletir os 5 princípios de programação do SNU

- refletir as vantagens comparativas e valor-agregado do SNU no país

- ser prioritários as necessidades do país

Os resultados devem portanto ser estratégicos, por um lado, e específicos por outro, para que possam refletir as contribuições do SNU em relação as prioridades nacionais.

O UNDAF 2007/2011 é apresentado a partir de 3 matrizes principais, quais sejam, i) a Matriz de Resultados, ii) o Marco de Avaliação e Monitoramento e iii) o Calendário de Avaliação e Monitoramento. A Matriz de Resultados foi organizada focando no nível dos resultados, por decisão do UNCT. Os resultados foram divididos em gerais e específicos e mobilização de recursos. Dentro dessa matriz nem todos os resultados foram definidos dentro do mesmo nível de especificidade. O resultado 4, por exemplo, claramente recebeu um tratamento mais superficial em comparação com os demais resultados[[3]](#footnote-3).

Dentro da Matriz de Resultados deve-se notar como a lista de parceiros foi formada sem uma maior identificação de seus papéis (dentro do que poderiam ser contribuições de natureza técnica, pesquisa, política, advocacy, financeira, etc). Com isso o potencial da lista fica muito aquém do que poderia ser realizado caso se optasse por um maior nível de detalhamento dos papéis dos parceiros.

O Marco de Avaliação e Monitoramento do UNDAF 2007/2011 faz referência a um horizonte temporal de 4-5 anos dentro do qual é intangível mensurar as ações das agências. Desse modo sugere um acompanhamento de resultados (muitos dos quais inatingíveis para quaisquer agentes isolados) sem vínculos com as ações das agências. Como resultados são difíceis de serem atribuíveis tanto ao SNU quanto ao governo quanto a demais agentes da sociedade civil, resta o mapeamento geral dos resultados, de modo consistente e estratégico, como principal instrumento de demonstração da atuação do SNU em determinada área considerada prioritária pelo país. Assim, procedeu-se a uma sistematização das evidências dos resultados de modo sistemático, através de um registro de tendências, sobre a contribuição das agências do SNU ao desenvolvimento Brasileiro em cada um desses resultados.

No momento da formulação desse UNDAF notou-se que seu ciclo de planejamento estratégico estava desconectado com o ciclo de planejamento do Governo Brasileiro, razão pela qual se justificou a presença de três mecanismos de revisão já em sua formulação original: i) uma revisão especial em 2007, ii) uma Revisão de Meio-Termo e iii) uma revisão conjunta da Matriz de Resultados para 2007, 2008 e 2010. Para isso foram designados os grupos temáticos do UNCT dentro das áreas de CCA/UNDAF, ODMs, Crimes Urbanos e Prevenção da Violência, Gênero e Raça e HIV/AIDS. No que segue apresentamos os principais resultados da avaliação do UNDAF 2007-2011.

PARTE II – Resultados

4. Apoio a Prioridades Nacionais

O horizonte de planejamento traçado pelo UNDAF 2007/2011 iniciou com o Brasil sendo classificado como um país de alto desenvolvimento humano em 2007. Os progressos do país no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) têm sido acompanhados por um fortalecimento institucional e avanços socioeconômicos que tem ensejado novos espaços para políticas públicas nacionais e horizontes para a cooperação horizontal.

O eixo das prioridades estabelecidas pelo UNDAF 2007/2011 foi visto também no PPA (Plano Plurianual) do Governo feito para o período 2008-2011 sob o enfoque de “Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade”, tratando a questão das desigualdades sociais como prioritária ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, o descompasso dos ciclos de planejamento apontado pela Revisão de Meio-Tempo do UNDAF não chegou a se constituir em uma limitação dado que o grau de sincronia entre as prioridades do Governo do Brasil e do SNU parece ser bastante elevado. Cabe notar que o Coeficiente de Gini (medida de desigualdade de renda) caiu 0.5% entre 1990 e 2000, 4,3% entre 2000 e 2005 e 4,5% entre 2005 e 2009, fazendo com que o Brasil seja um dos poucos países do mundo nos quais a desigualdade de renda caiu durante uma época de crise financeira.

No que segue examina-se os progressos em termos de resultados, com foco em alguns ‘highlights’, para cada uma das áreas do UNDAF 2007/2011:

**UNDAF RESULTADO 1**: O direito ao serviço público das populações excluídas e vulneráveis

O desafio de levar um serviço público de qualidade a populações excluídas e vulneráveis corresponde em parte ao desafio de redução da pobreza no Brasil. Mas reflete também em parte uma agenda de direitos humanos e de estruturação do serviço público no país. Encontramos nessa linha de resultados um dos progressos mais visíveis no Brasil nesses últimos anos. Em linhas gerais, entre 2005 e 2009 o número de pessoas em pobreza extrema caiu quase 35% no Brasil, o que significa que quase 7 milhões de pessoas deixaram a pobreza extrema nesse período. Esse progresso correspondeu a criação de 12,5 milhões de novos empregos, de 2003 a 2009, e uma diminuição da insegurança alimentar grave em 25%.

O SNU contribuiu de modo direto para a melhoria do acesso e qualidade dos serviços públicos em muitas áreas. Na saúde, em parceria com o Ministério da Saúde, apoiou a expansão da rede de cuidados de saúde básica contemplando populações índigenas, quilombolas e outros grupos que não eram antes considerados prioritários. Contribuiu desse modo com seu enfoque baseado em direitos humanos na definição de estratégias para a área da saúde. Em particular, vários Programas Conjuntos (PC) desenvolvidos em parceria pelas agências do SNU ajudaram a diminuição das desigualdades regionais, em especial no que tange a epidemia do HIV/AIDS. Apoio similar foi dado ao Ministério da Educação no desenvolvimento de seu PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), no design e implementação. A contribuição do SNU para o resultado UNDAF 1 pode ser vista com maior detalhe na Matriz de Resultados, mas aqui poderia-se destacar:

- implementação conjunta com o Governo do Brasil de Fundos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com foco na promoção da inclusão social e redução de desigualdades, fortalecendo a democracia com igualdade étnica, racial e de gênero em um ambiente social de paz. Contribuiram UNESCO, UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres (antes UNIFEM), PNUD, OIT, UN-HABITAT, FAO, OPAS, PNUMA e UNAIDS. Deve-se mencionar o “Programa Interagencial para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia” e o “Programa de Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças e Mulheres Indígenas no Brasil”, que apoiou principalmente políticas nacionais e ações locais nas regiões de Dourados (MS) e Alto Rio Solimões (AM);

- fortalecimento do Time Integrado da ONU (“Joint UN Team”, que contou com a UNAIDS, ACNUR, CEPAL, UNODC, UNICEF, ONU MULHERES, UNFPA, UNESCO, OIT, OPAS/OMS, PNUD, Banco Mundial e o Escritório do Coordenador Residente da ONU) sobre HIV/AIDS que apoiou as respostas locais nos estados da Bahia e Amazonas;

- Apoio ao “Programa Saúde e Prevenção nas Escolas” dos Ministérios da Saúde e Educação pela UNESCO, UNICEF e UNFPA. Os municípios participantes passaram de 100 em 2006, para 400 em 2008, para 600 em 2009;

- implementação pelo UNICEF e PNUD, em parceria com organizações da sociedade civil, do Portal ODM em 2009. O portal desagrega os dados dos ODMs para 5.565 municípios e é hoje a principal referência no país para o monitoramento dos ODMs, em nível subnacional, fortalecendo com isso as capacidades dos municípios Brasileiros mais pobres.

- apoio e advocacy para o estabelecimento da emenda constitucional que estende a educação compulsória e gratuita para a faixa de 4 a 17 anos

- estruturação e gerenciamento de projetos de saneamento em parceria com a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), de acordo com as prioridades do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) destinadas a municípios com menos de cinquenta mil habitantes assim como para aqueles em áreas rurais, indígenas e quilombolas;

- criação do Comitê de Refugiados implementado pelo ACNUR em parceria com o Estado de São Paulo, facilitando o acesso dos refugiados a políticas públicas (4.131 refugiados em idade escolar puderam frequentar escolas públicas em suas cidades);

- realização no Brasil, em dezembro de 2009, da VI CONFINTEA, Conferência Internacional de Educação de Adultos, com a participação da UNESCO, atualizando o debate sobre a inclusão educacional de jovens e adultos, inclusive em situações de exclusão, como a educação prisional;

- apoio ao programa do Ministério da Educação de educação para as relações étnico-raciais (Brasil-África: Histórias Cruzadas), incluindo a publicação conjunta com a UNESCO da versão em português da História Geral da África.

- Adoção do Kit Família Brasileira Fortalecida, pelo Ministério da Saúde, apoiando o Programa Saúde da Família e sendo utilizado por cerca de 50 mil agentes comunitários de saúde para o desenvolvimento das competências familiares no cuidado de crianças de zero a seis anos, especialmente no Semiárido brasileiro (UNICEF)

Em 2008, o UNCT produziu diversos documentos comuns sobre ‘Crise Alimentar’, elaborado pelo Time de Comunicações, desenvolvido pela UNESCO junto com técnicos de várias agências, traçando estratégias de apoio à posição Brasileira. Esses trabalhos serviram de base para o desenvolvimento de um Plano Integrado (JP MGD-F) de segurança alimentar para comunidades indígenas e deu ao UNCT uma clara posição para um diálogo coordenado com autoridades nacionais relevantes (MRE, CONSEA, etc). A OPAS/OMS fortelaceu as capacidades institucionais através de seu apoio ao Projeto Saúde Familiar, à Estratégia Nacional de Alimentação Complementar, ajudando também na Revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

CEPAL, OIT e PNUD uniram esforços para o desenvolvimento de um marco conceitual e empírico sobre trabalho decente, desenvolvimento humano e emprego, apoiando a iniciativa do Governo do Brasil no estabelecimento do Plano Nacional de Trabalho Decente (PNTD).

**UNDAF RESULTADO 2**: Redução das desigualdades de gênero, raciais e étnicas

A redução das desigualdades no desenvolvimento humano tornou-se um dos eixos das políticas sociais do Governo do Brasil durante esse período. O Grupo Temático de Gênero e Raça do UNCT teve uma posição ativa de produção de conhecimento e engajamento na promoção da tranversalidade de gênero, etnia e raça na legislação, políticas e programas. Esse resultado foi centrado no fortalecimento das capacidades institucionais de agentes governamentais e não-governamentais na implementação de políticas, planos, leis, mecanismos, etc. Como tal, parte dos produtos foi traduzido na forma de atividades de desenvolvimento institucional e de capacidades, e no apoio às conferências nacionais. Por exemplo, o GT produziu para o Ministério da Igualdade Racial um ‘joint position paper’ entitulado “As Nações Unidas e Políticas para a Redução da Desigualdade Racial”. Apoiou, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a organização da II Conferência de Políticas para as Mulheres, em 2007, que congregou mais de três mil mulheres representantes de organizações governamentais municipais, estaduais e federais, assim como a sociedade civil. Na mesma linha, o GT trabalhou na campanha nacional “Homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres”, parte de uma campanha global promovida pelo Secretário-Geral denominada “Una-se pelo fim da violência contra as Mulheres”.

Dentro desse resultado cabe citar o trabalho feito pelo “Programa Interagencial para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia”, financiado pelo Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (F-ODM), o qual teve um papel importante no engajamento articulado de agências da ONU como o UNFPA, o UNICEF, a ONU Mulheres (antes UNIFEM), o PNUD, a OIT, e a ONU-HABITAT, as quais compõem o Comitê Gestor do referido Programa, em conjunto com a Secretaria de Políticas para Mulheres e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

O mesmo grupo temático de Gênero e Raça apoiou em 2009, financeira e logisticamente, a II Conferência Nacional sobre Igualdade Racial (II CONAPIR), o Fórum Intergovernamental de Organizações que promovem Igualdade Racial (FIPIR) e o Seminário Internacional “Dados Desagregados por raça e etnia da população Afrodescendente das Américas”, advogando a inclusão de indicadores desagregados por raça. Esse mesmo grupo contribuiu ao processo preparatório para a Conferência de Durban de 2009.

Dentro desse período foi concluída uma análise, dentro das próprias agências do SNU no Brasil, sobre como avaliações de gênero eram conduzidas dentro do sistema, contribuindo para o desenvolvimento de um conjunto de recomendações que foram incorporadas nos processos de planejamento de várias agências (por exemplo, nos seus CPDs). O trabalho feito dentro da área de gênero nas agências contribui de modo sistemático para a conscientização de staff das agências sobre a transversalidade e importância do tema.

As mulheres já são em média mais escolarizadas que os homens no Brasil. Mas esse resultado não se traduz em uma maior renda, ou participação no mercado de trabalho (com equiparação salarial, igualdade de participação em níveis hierárquicos superiores, trabalho decente e menores níveis de informalidade). Além disso, as mulheres ainda tem pouca representatividade no congresso e nas câmaras legislativas. Em particular, os desafios são maiores para as mulheres negras. Este mesmo quadro de desigualdades de gênero e raça pode ser observado em outras áreas tradicionais de atuação governamental, como saúde, combate à pobreza e insegurança alimentar grave, moradia, acesso à infraestrutura básica, etc.

O SNU no Brasil, através do trabalho de suas agências e instâncias interagenciais, tem estimulado a produção de dados e análises de estatísticas desagregadas por sexo, idade e raça, contribuindo para uma maior conscientização sobre políticas que efetivamente garantam os direitos das mulheres, incluindo direitos sexuais e reprodutivos, direito ao trabalho decente, à educação igualitária, direito à segurança, e à saúde integral e materna, dentre outros.

Um exemplo é a melhoria da qualidade da educação básica dada a 680 mil crianças que freqüentam escolas rurais no Estado do Pará, o segundo maior Estado do Brasil amazônico, por meio do projeto EducAmazonia do UNICEF e seus parceiros. Essas escolas estão entre as mais isoladas do país, freqüentemente localizadas ao longo dos rios que percorrem a floresta tropical, onde muitos professores trabalham sozinhos, em locais inadequados, ensinando em classes multisseriadas, com diferentes faixas etárias de crianças, estudando no mesmo horário e espaço. Não surpreende que muitas crianças não cheguem a ter a oportunidade de aprender o básico, ou seja, a ler e escrever, e como resultado, largam a escola muito cedo. O EducAmazônia ajuda os municípios para que entendam que mesmo as crianças que estudam em escolas rurais isoladas têm o mesmo direito que qualquer outra criança; apóiem as ações de melhoria dos recursos financeiros das escolas rurais, garantindo equipamentos e transportes adequados para atender às demandas; e garantam treinamento para os professores, fazendo com que se sintam motivados e capazes de desenvolver material educativo apropriado para as realidades locais.

A ONU Mulheres (antes UNIFEM) tem trabalhado na promoção da autonomia e empoderamento econômicos e redução da pobreza das mulheres, em especial negras e indígenas, por meio do Programa Regional “Incorporação das Dimensões de Equidade de Gênero, Racial e Étnica nos Programas de Combate à Pobreza em Quatro Países da América Latina: Bolivia, Brasil, Guatemala e Paraguai”. No âmbito deste programa, a ONU Mulheres (antes UNIFEM), juntamente com a OIT, tem promovido uma agenda de valorização e empoderamento das trabalhadoras domésticas no país através da realização de vários workshops, estudos e ações de advocacy, e de apoio a iniciativas governamentais que trabalham esta temática. Destacando o processo de incidência na discussão da adoção de um instrumento internacional sobre trabalho doméstico remunerado, durante a Conferência Internacional do Trabalho da OIT. Além disso, destaca-se o trabalho interagencial com o *International Policy Centre for Inclusive Growth* (IPC-IG), centro global do PNUD para o estabelecimento do diálogo sobre políticas públicas e cooperação horizontal. Com este centro, a ONU Mulheres (antes UNIFEM) tem trabalhado na produção de indicadores desagregados por sexo e etnia no Paraguai, Bolívia e Guatemala e estudos sobre os a inclusão das perspectivas de igualdade de gênero e raça/etnia no desenho dos programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família, e seu impacto na vida de mulheres negras e indígenas.

O Programa de Fortalecimento da Liderança das Mulheres Jovens e seu Trabalho em Redes no Cone Sul, que visa à consolidação de uma agenda política das mulheres jovens e à ampliação da sua incidência nos processos de decisão para o reconhecimento e exercício de seus direitos, está incorporando uma perspectiva geracional na trasversalização de gênero, raça e etnia, a través do trabalho conjunto com outras agencias do sistema como PNUD, UNFPA e OIT, em especial em relação ao tráfico de jovens mulheres e trabalhadoras domésticas jovens. Outras atividades, situadas mais no âmbito da ONU Mulheres (antes UNIFEM) do que do SNU, são articuladas por meio do Programa de Orçamentos Sensíveis ao Gênero, cujo trabalho é marcado pela transversalidade de suas ações, e que regionalmente, trabalha em parceria com o UNV, visando institucionalizar o enfoque de gênero nos processos de planejamento e elaboração do orçamento a níveis nacional e local.

Além disso, a ONU Mulheres (antes UNIFEM) tem feito um importante trabalho apoiando iniciativas que promovam o aumento da participação política das mulheres no Brasil. Entre elas, o apoio a capacitação de vereadoras e prefeitas em políticas sensíveis ao gênero e o empoderamento de mulheres com o objetivo de aumentar o número cargos políticos ocupados por elas.

Também no âmbito da ONU Mulheres (antes UNIFEM) foram implementadas ações na área de violência, as quais estão citadas no resultado 3, disposto a seguir. A publicação da versão em português da Coleção da UNESCO sobre a História Geral da África, em parceria com o Ministério da Educação, representa um passo fundamental em direção à educação para as relações étnico-raciais no país e uma conquista histórica e política, na recuperação e valorização das origens africanas da população brasileira.

**UNDAF RESULTADO 3**: Redução da violência, promoção da paz, conciliação e justiça

Dentro desse resultado as ações são coordenadas através de dois eixos principais: a busca pela redução da violência com políticas de cuidados com as vítimas e programas para um sistema de justiça mais moderno e humanizado. Nesse contexto, deve-se notar que a questão do tráfico humano foi foco do SNU nos primeiros anos dessa UNDAF. A Iniciativa Global da ONU de Luta Contra o Tráfico Humano foi lançada no Brasil em outubro de 2007. Ela contou com a contribuição de várias agências na formulação do plano nacional e de políticas para o combate ao tráfico humano no Brasil. Foram também implementados mecanismos de monitoramento para a assistência as vítimas em cinco estados Brasileiros. Além disso pode ser citado:

- implementação do Programa Integrado de “Melhoria Sustentada da Segurança Humana na Cidade de São Paulo”, financiado pelo ‘Fundo de Segurança Humana Japonês’, que contou com a parceria da UNICEF, UNESCO, OPAS/OMS e UNFPA;

- apoio a realização da 1ª Conferência Naconal de Segurança Pública (PNUD)

- desenvolvimento do Programa Integrado, dentro do ‘Fundo de Realização das ODMs’, de “Segurança com Cidadania”, com o objetivo de previnir a violência e fortalecer a cidadania com o foco em crianças, adolescentes e jovens em condições vulneráveis em comunidades Brasileiras;

- apoio aos Jogos Pan-Americanos, contribuindo para o desenvolvimento de novos padrões de ações de segurança, em parceria com o Ministério dos Esportes;

- apoio as reformas judiciais que se seguiram à promulgação da lei Maria da Penha, visando a promoção e proteção dos direitos das mulheres vítimas de violência;

- estudos para formação em Justiça Transicional e para projeto de lei do Pacto Republicano (PNUD);

- apoio para criação do Conselho Nacional de Justiça (PNUD).

- Criação do Índice de Homicídios na Adolescência, que serve para estimar o risco de mortalidade por homicídio de adolescentes que residem em um determinado território, considerando também dimensões de iniquidade de gênero e raça. Foi criado com o objetivo de exemplificar o impacto da violência letal neste grupo social de uma forma simples, sintética e que apoie a mobilização das pessoas para a gravidade do problema. Paralelamente, o índice pretende também contribuir para o monitoramento do fenômeno no tempo e no espaço e para as avaliações de políticas públicas nesta área, tanto locais quanto estaduais e federais. Nesta apresentação, o IHA foi calculado para todos os municípios de mais de 100.000 habitantes no Brasil. Sua realização é resultado do trabalho em parceira entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ.

- Suporte ao Plano Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, apoiando a capacitação de 2.196 profissionais de todo o país para implementação do Plano (UNICEF)

O trabalho realizado por algumas agências do SNU no Brasil separadamente em termos operacionais pode de fato ser visto de forma coerente ao trabalhar de forma articulada seu apoio as Políticas e Programas de Prevenção e Redução da Violência. Dentro do marco fornecido pelo UNDAF, agências como a UNICEF apoiaram a Agenda Social da Criança e do Adolescente, do Governo do Brasil, ao mesmo tempo que a OPAS/OMS trabalhou a Situação de Segurança no Trânsito, o PNUD apoiou a 1º Conferência Nacional de Segurança Pública, em parceria com o ABC/MRE e o Ministério da Justiça e o ACNUR contribuiu para a formulação de política sobre Proteção e Soluções para Refugiados em Áreas Urbanas. No âmbito da ONU Mulheres foi implementado a partir de 2006 o Programa Regional Cidades Seguras: Violência contra as Mulheres e Políticas Públicas, também na área de violência doméstica e de gênero, com o apoio do setor privado (Avon), a ONU Mulheres participou da campanha “Violência contra a Mulher: Quebre esse Ciclo”, atividades que, embora realizadas unilateralmente pela ONU Mulheres, contribuem para a articulação de políticas de promoção da segurança no escopo do trabalho do SNU.

**UNDAF RESULTADO 4**: Políticas públicas participativas, transparentes e efetivas como um mecanismo para a promoção dos direitos humanos

O resultado 4 é difícil de ser isolado pois de algum modo aparece de modo transversal em alguns Programas Integrados já citados acima. Por exemplo, a implementação dos Fundos ODM é feita de um modo participativo, fortalecendo as instituições democráticas. Do mesmo modo, o “Plano Integrado das Nações Unidas para o HIV/AIDS” apoiou respostas locais participativas nos Estados da Bahia e Amazonas.

O desenvolvimento do Selo Municipal UNICEF para a mobilização, articulação política e desenvolvimento de capacidades locais focou nas regiões Brasileiras do Semi-Árido e, mais recentemente, Amazônia legal, as mais pobres do país, promovendo a redução na mortalidade infantil e o avanço de diversos indicadores sociais mais do que média brasileira, reduzindo portanto a iniquidade de modo participativo e apoiando o monitoramento de políticas públicas implementadas na região. A localização dos ODMs teve como estratégia o desenvolvimento de capacidades da sociedade civil para monitoramento viabilizado pela criação do Portal ODM (PNUD e UNICEF) com dados para os 5565 municípios brasileiros. Ainda em pareceria com ONGs, governos e com os próprios adolescentes, o UNICEF apoiou o fortalecimento de redes de participação de adolescentes. Com milhares de adolescentes mobilizados em todo o país, adolescentes indígenas, do semi-árido, da amazônia, quilombolas, do ensino médio, das comunidades populares dos grandes centros urbanos, adolescentes pelo esporte sueguro e inclusivo e adolescentes comunicadores organizaram enventos nacionais, estabeleceram agendas específicas sobre seus direitos e constituíram redes de mobilização pela cidadania. Destacamos a criação em parceria com o MEC do Parlamento Juvenil do Mercosul, a Rede de Adolecentes do Semi-árido e a Rede de Adolescentes pelo Esporte Seguro e Inclusivo.

Na área da promoção de modelos de gestão transparentes, o SNU no Brasil desenvolveu estudos e pesquisa sobre integridade pública, combate e prevenção à corrupção, assim como treinamento e capacitação de agentes públicos. Fortaleceu-se o controle social das instituições públicas com o apoio à iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) no programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”, bem como a cooperação para a elaboração dos subsídios da CGU à proposta da Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas. Junto com isso, no campo da prevenção, o SNU estabeleceu parcerias com organizações não-governamentais para sensibilizar o setor privado para um “Pacto de Negócios pela Integridade e contra a Corrupção”. Cabe citar o apoio do PNUD ao Projeto de Fortalecimento dos Escritórios da Defensoria Pública no Brasil.

Ressalte-se também o apoio a políticas de transparência das políticas públicas pela disponibilização e utilização de sistemas de informação na esfera federal (Previdência, TCU, CVM, ANVISA, ANS, Gestão da Divida no Tesouro Nacional e produção de informações desagregadas como o Atlas Brasileiro de Vulnerabilidades Sociais e Ambientais.

**UNDAF RESULTADO 5**: Promoção do desenvolvimento econômico equitativo e ambientalmente sustentável

O SNU estabeleceu uma FT (força-tarefa) para apoiar esforços Brasileiros na área de mudança climática e eficiência energética (incluindo o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, o Fundo Amazônia, o PROCEL –Programa Nacional de Conservação de Eletricidade). A Força-Tarefa, liderada pelo PNUMA, contou com a participação do PNUD, CEPAL, UN-HABITAT, UNICEF, UNFPA, UNESCO, UNIC, OPAS/OMS, OIT e Banco Mundial, mapeou todas iniciativas na área e produziu uma proposta de Programa Integrado. Guias de boas práticas e de desenvolvimento de capacidades (incluindo construção sustentável, saúde, educação ambiental, etc.) foram produzidos.

Em parceria com o Ministério do Meio-Ambiente, o SNU no Brasil trabalhou para eliminar o uso de brometo de metila na fumigação do solo, seguindo a orientação do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a implementação do Protocolo de Montreal.

O UNCT aprovou a criação do UNETT (“United Nations Emergency Technical Team”, isto é, o Time Técnico de Emergência das Nações Unidas) para apoiar os esforços nacionais de alertas, mitigação de desastres e respostas. O UNETT deve ajudar o país também em seus esforços de cooperação horizontal. Mesmo não fazendo parte formal dos resultados do UNDAF 2007/2011 cabe mencionar a criação de uma Força-Tarefa de Cooperação Sul-Sul, de natureza interagencial, liderada pela UNFPA, que avançou na harmonização de procedimentos e abordagens para a cooperação horizontal. Contemplou o desenvolvimento de uma plataforma de internet em parceria com o MRE para a definição de um modelo integrado de apoio a cooperação horizontal Brasileira.

O PNUMA e ONU-HABITAT trabalharam juntos para o desenvolvimento de capacidades institucionais a nível local por meio da avaliação do estado do meio ambiente, segundo metodologia GEO (Global Environment Outlook) do PNUMA, em cidades brasileiras como Ponta Porã, Piranhas, Beberibe e Marabá

É importante destacar que o foco desse ciclo UNDAF 2007/2011 foi a busca por uma maior harmonização de procedimentos operacionais das intervenções do Sistema das Nações Unidas no país. Nesse sentido pode ser mencionado alguns progressos tais como:

- o uso de instalações conjuntas na cidade de Salvador, na Bahia, pelo PNUD, UNICEF, UNESCO, OIT e UNFPA;

- a assinatura, por 11 agências, de um acordo comum de ‘procurement’, liderado pelo PNUD e UNESCO, mas do qual participaram UNODC, ONU Mulheres, PNUMA, UNAIDS, UNIC, FAO, OPAS/OMS, UNICEF e UNFPA, para uma agência comum de viagens, que gerou economias de escala, redução de custos de transação e melhoria em eficácia;

- avanços no desenvolvimento de padrões de segurança operacionais mínimos (MOSS – “Minimum Operating Security Standards”), adotados por 18 agências que atuam segundo essas regras.

Em linhas gerais deve-se notar que as mais diferentes contribuições do SNU no país evoluiram, como apontado no ‘RC Report 2010’, na direção de serviços de capacitação e advocacy direcionados a estruturas de governança local mais frágeis. A implementação de Programas Conjuntos, em parceria com o Governo do Brasil, fortaleceu áreas estratégicas de políticas essenciais à promoção da inclusão social e redução de desigualdades, apoiando a democracia com a promoção de equidade de gênero, raça, étnica e um ambiente social pacífico.

Importantes avanços foram conquistados entre o SNU e o Governo Brasileiro no fortalecimento de um mandato dual ao UNCT de apoio à cooperação técnica dentro do país e dentro de um marco de cooperação horizontal com outras nações. A definição de um novo modelo de cooperação no país é um trabalho em andamento com a revisão de modalidades de intervenção que assegurem uma relevância contínua e valor adicionado do SNU ao país.

5. Uso do UNDAF nos marcos de resultados

Como parte dessa avaliação foi conduzido um survey e entrevistas com várias agências[[4]](#footnote-4) do SNU no Brasil sobre o UNDAF 2007/2011. Esse estudo revelou que para a maioria das agências, o UNDAF constitui um marco potencial importante em relação às prioridades estabelecidas pelo conjunto das agências, ainda que essa priorização possa acontecer em estágios diferentes de acordo com as características institucionais de cada uma. No entanto, o UNDAF 2007/2011 não conseguiu realizar todo seu potencial como um documento orientador de trabalho e de resultados das agências. Muito ainda precisa ser feito, apesar de que deve-se notar que a grande maioria das agências já opera dentro de uma lógica de Gestão por Resultados (“RBM”) que utiliza os referenciais dados pelo UNDAF como parâmetros gerais para o enquadramento de suas ações com o SNU no país.

Alguns dos indicadores de resultado do UNDAF são diretamente utilizados pelas agências no monitoramento de alguns de seus programas, mas esse não é o caso de todas elas. Aquelas, por exemplo, que não tem escritório no Brasil usam os resultados do UNDAF mais como parâmetros externos na caracterização de seus projetos ao invés de usá-los como referência para seu planejamento estratégico. Outras agências, cujo planejamento segue as coordenadas de seus escritórios regionais ou sedes, usam o UNDAF no momento de adequar suas diretrizes as realidades nacionais.

As ações interagenciais colaboram com o desenvolvimento de projetos alinhados às prioridades nacionais, permitindo uma sintonia de agendas, evitando sobreposição de esforços, otimizando o trabalho e dando maior visibilidadade ao valor agregado pelo SNU no país. É relevante mencionar que não apenas os aspectos positivos da UNDAF no país foram citados, mas também algumas dificuldades. Em particular, em realidades diversas e complexas como a Brasileira, é importante não somente ter um documento de planejamento estratégico como o UNDAF (que muitas vezes é um documento informacionalmente exigente) mas usar as ‘bússolas’ do SNU como seus princípios programáticos (tal como a abordagem de direitos humanos). A implicação dessa constatação é clara: o monitoramento mais quantitativo do marco lógico do UNDAF precisa ser complementado por indicadores mais qualitativos, capazes de definir um fluxo de atualização constante do próprio UNDAF.

O funcionamento do mecanismo UNDAF pode ser otimizado como instrumento de coordenação estratégica das atividades do SNU no Brasil se algumas dificuldades de comunicação e incompatibilidade entre seus sistemas de informação forem superadas entre as agências. É verdade que elas seguem diferentes modelos de atuação, mas um melhor entendimento dessa diversidade de mandatos pode ajudar a superação de alguns problemas aparentes. Para tal é preciso que se estabeleçam processos de acompanhamento da atuação específica das agências de acordo com os grandes resultados planejados no UNDAF. A melhoria da comunicação entre as agências pode levar a uma melhoria da apropriação do UNDAF como instrumento de programação, levando também a uma maior divulgação interna e externa do documento.

O sistema de monitoramento do UNDAF 2007/2011 on-line, *prima facie* criado durante a revisão do meio-termo, não foi reconhecido por nenhuma das agências entrevistadas. Apesar desse sistema já ser usado por algumas agências no Brasil, como o UNICEF, ele ainda não faz parte do mapeamento e monitoramento das intervenções e iniciativas do SNU no país de modo mais geral e sistematizado. A adoção desse sistema, denominado *DevInfo*, faz parte do planejamento de 2011 a ser implementado no nível do UNCT[[5]](#footnote-5).

Entre as melhores estratégias para aprofundar o nível de harmonização de procedimentos operacionais entre as agências do SNU no Brasil foram citadas[[6]](#footnote-6):

- recebimento de fundos do Governo do Brasil para conduzir atividades conjuntas (criando uma alternativa ao apoio tradicional na licitação de bens e serviços)

- contratação conjunta de consultores

- seleção de parceiros de implementação

- desenvolvimento conjunto de projetos com parceiros

- transferência e liquidação de fundos com parceiros

- reunião dos líderes das agências em torno de compromissos com temas comuns e o desenvolvimento de estratégias conjuntas de alto impacto

- formação de equipes para o aperfeiçoamento das estratégias interagenciais

- coordenação das equipes de TI e operações para realizar atividades de planejamento, monitoramento e relatórios de atividades que utilizem ferramentas e formatos compatíveis com os sistemas existentes em todas as agências participantes

- unificação das ferramentas operacionais on-line

- revisão do papel institucional de algumas agências enquanto programas ou fundos

- produção de melhores documentos de planejamento

- estimulo a complementaridade entre as agências

- revisão do modelo de execução adotado pelas agências no país

- implementação efetiva dos Grupos de Trabalho interagenciais

A maioria das agências que respondeu ao survey aplicado para esse estudo concorda com o argumento sobre o potencial positivo que o UNDAF possui como elemento de aprofundamento da cooperação técnica e de uma advocacy mais eficiente na formulação e implementação de políticas públicas. O processo reflexivo gerado pelo UNDAF foi considerado muito útil no entendimento da complexa realidade do país e na busca por uma melhor definição de linhas de ação integradas. Dentro dessa perspectiva, o UNDAF pode ser entendido como um elemento de diálogo entre as agências e entre elas e o Governo Brasileiro. Em outras palavras, pode-se dizer que a própria construção do UNDAF favorece o planejamento de ações conjuntas entre as agências e uma maior sinergia com o Governo Brasileiro e demais parceiros estratégicos.

6. Execução Financeira UNDAF

A mobilização de recursos prevista pelo UNDAF 2007/2011 durante o período de cinco anos foi originalmente estimada em US$ 217,801,253.00. Dados fornecidos durante o processo de revisão do UNDAF já em 2009 indicavam que o ‘delivery’ combinado durante os três primeiros anos já superava o orçamento planejado para todo ciclo.

Nas estimativas originais, o orçamento destinado ao resultado 1 comprometia cerca de 70% dos recursos planejados. O menor orçamento, na casa de 5%, foi destinado ao resultado 2. No levantamento feito com 12 agências, relatado na tabela abaixo, houve um aumento geral dos valores executados na ordem de 65% superior aos valores planejados. Chama atenção o menor desempenho financeiro do resultado 2, inferior a 5% do orçamento total, e os aumentos relativos dos resultados 3, 4 e 5 respectivamente de 320%, 138% e 185% em relação aos valores planejados. Como resultado final, o valor orçamentário do resultado 1 ficou um pouco acima do planejado (12.4%) mas bem abaixo em termos relativos na faixa dos 38%. O montante final estimado executado de 2007-2010 ficou próximo de US$ 490 milhões relevando um esforço operacional feito pelo SNU no Brasil dentro das áreas de resultado privilegiados pelo UNDAF 2007/2011.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Agência** | **Resultado do UNDAF 1** | | **Resultado do UNDAF 2** | | **Resultado do UNDAF 3** | | **Resultado do UNDAF 4** | |
| Planejado 2007-2011 | Executado 2007-2010 | Planejado 2007-2011 | Executado 2007-2010 | Planejado 2007-2011 | Executado 2007-2010 | Planejado 2007-2011 | Executado 2007-2010 |
| **ACNUR** | 3,100,000.00 | 5,092,402.68 | 900,000.00 | 1,527,720.81 | 475,000.00 | 1,527,720.81 | 1,300,000.00 | 2,036,961.07 |
| **OIT** | 1,965,750.00 | 2,344,781.69 | 1,065,500.00 | 1,372,561.77 | 1,315,800.00 | 9,371,028.00 | 546,400.00 | 1,639,615.00 |
| **PNUD** | 9,385,350.00 | 3,556,764.00 | 1,010,000.00 | 198,766.00 | 7,150,000.00 | 5,817,362.00 | 6,650,000.00 | 16,312,982.00 |
| **ONU Mulheres** | - | 420,000.00 | 830,000.00 | 1,500,000.00 | 400,000.00 | 900,000.00 |  | 1,070,000.00 |
| **UNAIDS** | 1,235,000.00 | 535,072.00 |  | 305,755.00 | 115,000.00 | 152,877.00 | 50,000.00 | 535,072.00 |
| **UNODC** | 2,200,000.00 | - | 150,000.00 | - | 1,370,000.00 | 13,042,209.00 | 1,490,000.00 | - |
| **UNESCO** | 90,783,502.00 | 121,908,231.00 | 301,001.00 | 5,777,917.00 | 202,000.00 | 40,438,461.00 | 1,210,000.00 | 18,728,978.00 |
| **UNICEF** | 8,460,000.00 | 20,334,380.00 | 1,080,000.00 | 556,685.00 | 2,160,000.00 | 8,134,767.00 | 1,260,000.00 | 21,832,119.00 |
| **UNFPA** | 1,080,000.00 | 1,000,000.00 | 175,000.00 | 299,000.00 | 355,000.00 | - | 20,000.00 | 927,000.00 |
| **OPAS/OMS** | 66,323,183.00 | 46,756,361,00 | 18,403,563.00 | 10,997,667.00 | 5,546,745.00 | 3,785,121.00 | 23,948,617.00 | 23,948,617.00 |
| **UN-HABITAT** | 332,565.00 | 299,308.00 | 170,676.00 | 85,338.00 | 798,808.00 | 279,583.00 | - | - |
| **PNUMA** | 165,000.00 | 5,756,201.40 |  | - |  | - |  | - |
| **Total por Resultado UNDAF** | **185,030,350.00** | **208,003,501.77** | **24,085,740.00** | **22,621,410.58** | **19,888,353.00** | **83,449,128.81** | **36,475,017.00** | **87,031,344.07** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Resultado do UNDAF 5** | |
| Planejado 2007-2011 | Executado 2007-2010 |
| - | - |
| 1,551,000.00 | 810,187.94 |
| 12,350,000.00 | 70,077,222.00 |
|  | 155,000.00 |
| - | - |
| 100,000.00 | - |
| 1,169,000.00 | 12,000,000.00 |
| 360,000.00 | 406,538.00 |
| 100,000.00 | 465,000.00 |
| 8,278,092.00 | 2,710,714.00 |
| 222,697.00 | 133,618.00 |
| 587,237.36 | 45,000.00 |
| **24,718,026.36** | **86,803,279.94** |

7. Conclusões e Recomendações

O UNDAF Brasil 2007-2011 focou em 5 resultados prioritários: i) promoção a um acesso equalitário a serviços públicos, ii) promoção de equidade de gênero e raça, iii) redução da vulnerabilidade a violência, iv) promoção de direitos humanos e políticas transparentes e v) apoio a um desenvolvimento econômico mais sustentável. Os principais resultados da avaliação do UNDAF 2007-2011 confirmam que o apoio do SNU as prioridades nacionais Brasileiras se deu em todas áreas de resultados. A execução financeira do UNDAF foi acima do planejado, mostrando uma atuação mais equilibrada entre as diferentes áreas.

As intervenções estratégicas do SNU no Brasil foram marcadas por novos Programas Integrados, como os Programas Interagenciais para a Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, ou o Programa de Segurança com Cidadania ou o Programa de Segurança Alimentar de Crianças e Mulheres Indígenas no Brasil. Do mesmo modo, novas Forças-Tarefa Interagenciais como o da Cooperação Horizontal , Grupos de Trabalho como o de Gênero e Raça e novos procedimentos operacionais comuns contribuíram para uma atuação mais coordenada das agências do SNU no país. Novos procedimentos operacionais conjuntos foram também introduzidos. Todavia, há espaço para melhorar o UNDAF através de uma coordenação metodológica mais aprofundada e melhor uso desse instrumento de planejamento estratégico entre as agências. O nível de harmonização de procedimentos operacionais evoluiu sensivelmente durante esse período do UNDAF. Mas há muito espaço para melhorias. Tecnicamente, as principais recomendações que podem ser aqui registradas à formulação de futuros UNDAFs são:

1. dar mais atenção ao Marco de Avaliação de Monitoramento na formulação de próximos UNDAFs. Em particular, atentar para o estabelecimento do ‘nexo produtos-resultados’, que é chave para demonstrar o valor adicionado e vantagens comparativas do SNU no país. Mesmo no caso do uso da Opção 1ª na formulação da Matriz de Resultados (que mantém o UNDAF apenas no nível dos resultados, isto é, não incluindo produtos) deve-se pensar na demonstração desse nexo;
2. na formulação de indicadores deve-se considerar que eles devem ser i) estratégicos (isto é, poucos, evitando prolixidade, multicolinearidade, etc), ii) mensuráveis, iii) associados a metas e iv) apresentados com suas respectivas linhas de base;
3. na listagem de parceiros deve-se procurar especificar seus papéis para dar maior concretude ao UNDAF enquanto um plano estratégico;
4. na execução financeira do UNDAF 2007/2011 notou-se uma grande discrepância (relativa e absoluta) entre valores planejados e realizados. Um maior realismo orçamentario é desejável para os próximos UNDAFs;
5. a implementação do sistema de monitoramento do UNDAF é uma peça chave no uso efetivo desse documento como parte da estratégia do SNU no país.

Para concluir cabe relembrar que o UNDAF é antes de tudo uma resposta do SNU ao desenvolvimento das prioridades nacionais dos países. A experiência do UNDAF 2007/2011 no Brasil mostrou que a construção de um envolvimento mais amplo do Governo no processo UNDAF desde o início é uma necessidade. O sucesso do UNDAF depende em princípio muito dessa harmonização, que é de idéias, prioridades, ações e estratégias para o desenvolvimento do país. Mas o UNDAF tem um significado ainda maior no caso Brasileiro. Dentro da nova realidade do Brasil como um país de renda média, ou emergente, está claro que o Governo Brasileiro necesita da cooperação de um SNU que ‘opere como um’, com ações harmonizadas operacionalmente e coordenadas estrategicamente. A forte sintonia entre as grandes linhas estratégicas do Governo do Brasil e do SNU confere uma base para avanços da cooperação internacional no país. Nesse contexto, um UNDAF atuante parece ser central ao futuro de um novo modelo de cooperação Brasil-Nações Unidas.

**Matriz de Avaliação – resultados**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Prioridade Nacional** | Megaobjetivo I: Inclusão social e redução das desigualdades sociais | | | | |
| **Resultado do UNDAF 1** | Populações excluídas e vulneráveis com direito a serviços públicos assegurado.Excluded and vulnerable populations enjoying the right to public services. | | | | |
| **Resultado do Programa do País (CP Outcome)** | **Produtos e Atividades Realizadas** | **Resultados (Tendências Nacionais)** | **+** | **=** | **-** |
| Acesso, qualidade, participação e controle social melhorados na garantia do direito à educação | - Iniciativa “Alfabetização na Idade certa”, adotada como política pública para todo o Estado de Ceará (UNICEF)  - “Alfabetização na Idade certa” em implantação no estado do Piauí e Rio Grande do Norte (graças à articulação da UNICEF).  - Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender – Potencializar Avanços e Reduzir Desigualdades (UNICEF).  - Estudo Aprova Brasil: O Direito de Aprender, para a identificação de boas práticas educacionais (UNICEF e MEC).  - O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica (União, Estados, Distrito Federal e municípios, UNICEF).  - Plano de Desenvolvimento da Educação, programa estratégico do MEC. Lançado em Abril de 2007 como o objetivo de melhorar a qualidade da educação no Brasil, com foco prioritário na educação básica (UNICEF).  - O Rede de Aprendizagens**,** estudo sobre boas práticas de educação integral em vídeo (UNICEF).  - Seminário Internacional sobre Ensino Médio “*Educacion Secundaria: Derecho, Inclusión y Desarollo*” realizado em 2008 para ampliar a escolaridade obrigatória até os 17 anos (atual até os 14). Aprovado pelo Congresso Nacional em novembro de 2009. | -Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais (9,7% em 2009, 10,40% em 2006?)  - Taxa de freqüência escolar pessoas de 15 a 17 anos (85,2% em 2009, 82,1% em 2006)  - Taxa de escolarização líquida[[7]](#footnote-7) pessoas 15 a 17 anos (50,9% em 2009, 46,9% em 2006)  - Taxa de escolarização crianças de 0 a 5 anos (38,1% em 2009)  - Taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos (98,1 em 2009, 97,7 em 2006)  - Estudantes de 18 a 24 anos em ensino superior (48,1% em 2009)  - Taxa de freqüência líquida ensino superior, de pessoas de 18 a 24 anos (14,4 em 2009, 12,4 em 2006)  - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – (Em 2009: Anos iniciais 4,6, anos finais 4,0 e ensino médio 3,6. Em 2005: Anos iniciais 3,8, anos finais 3,5 e ensino médio 3,4 )  - Defasagem escolar mais de 1 ano atraso (71,79% em 2007, 70,49% em 2003)  - Taxa de reprovação ensino fundamental (11,1% em 2009, 13% em 2005)  - Taxa de abandono escolar ensino fundamental (3,7% em 2009, 7,5% em 2005).  - Taxa de Reprovação ensino médio (12,6% em 2009, 11,5% em 2005)  - Taxa de abandono ensino médio (11,5% em 2009, 15,3% em 2005).  - Matrículas em Educação de Jovens e Adultos (EJA) (redução de 0,8% de 2007 a 2008)  - Matrícula em Educação Profissional (aumento de 14,7% de 2007 a 2008).  - taxa líquida de escolarização 93% em 2007  - Repetência quatro primeiras séries do ensino fundamental é de 18,7% em 2005.  - Média de anos de estudo de pessoas de 15 anos ou mais (7,5 em 2009, 6,9 em 2005) |  |  |  |
|  | - Apoio ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) em prol da erradicação do trabalho infantil, violência sexual e adolescentes em conflito com a lei (UNICEF)  - Seminário de indicadores criados em conjunto com o UNICEF para o monitoramento da nova política de educação para as relações raciais definida pelo MEC.  - Parceria do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) com o MEC, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) e secretarias municipais de educação para prevenir e retirar crianças e adolescentes de situações de trabalho infantil (OIT) |  |  |  |  |
|  | - Apoio ao programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) oferecendo capacitação de profissionais de jovens e desenvolvimento de materiais (guias de capacitação para profissionais de saúde e educação, kit “Eu preciso fazer o teste de HIV?”, spots de TV, etc.) (UNICEF)  - Projeto para trabalhar a prevenção das DST/aids, gravidez não desejada, abuso de drogas e exploração sexual com meninos e meninas em situação de rua em quatro das maiores cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador) (UNICEF) |  |  |  |  |
|  | - Apoio a SECAD (MEC) no programa de inclusão de criaças com necessidades especiais no ensino regular | - Matrículas Educação Especial (Redução 8,2% de 2007 a 2008)  -Média nacional de crianças com deficiência fora de escola era de 5,5% em 2000. |  |  |  |
|  | **-** Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil (UNICEF, MEC e organizações sociais).  - UNICEF ajudou na mobilização para a aprovação da lei que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb | -17% das crianças de até três anos de idade estavam em creches (Fonte: Relatório CCA)  - Número de crianças de 4 a 6 anos na escola aumentou 45,2% em 12 anos  - índices de frequência das crianças é de quase 98% entre crianças de 7 a 14 anos  - Taxa de escolarização de crianças de 7 a 14 anos (98,1% em 2009, 97,7% em 2006)  - Taxa de freqüência bruta à educação infantil de 4 a 6 anos de idade (76% em 2006, 81,3 em 2009) |  |  |  |
|  | - promoção da educação integral através do Prêmio Itaú-UNICEF, que reconhece a articulação das ONGs com escolas e políticas públicas. |  |  |  |  |
|  | Geo Juvenil Brasil (PNUMA) | Compreensão dos desafios ambientais, como parte dos desafios mais amplos de nossa sociedade, disseminada entre os jovens brasileiros através da publicação GEO Juvenil Brasil. |  |  |  |
|  | - Iniciativa “Mudando sua escola e comunidade, melhorando o mundo” em 10 escolas e comunidades em cinco grandes capitais brasileiras (UNICEF). |  |  |  |  |
|  | - Criação do Observatório Nacional dos Direitos da Criança (UNICEF).  - Entre 2007 e 2009, o UNICEF implementou a metodologia do Monitoramento do Investimento Criança e do Gasto Social no monitoramento dos gastos públicos federais com crianças e adolescentes.  - construção do Portal ODM Municipal (UNICEF).  - Relatório de Acompanhamento Objetivo de Desenvolvimento do Milênio Municípios do CONLESTE 2000 – 2008 (ONU-HABITAT/ ROLAC e Petrobras) |  |  |  |  |
| Acesso, qualidade, participação e controle social melhorados na garantia do direito a segurança alimentar | - Informe I Seminário Internacional de Nutrição na Atenção Primária em Saúde.  - Apoio a Revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – 10 anos.  - Apoio a Estratégia Nacional de Alimentação Complementar (OPAS/OMS)  - Apoio a REDENUTRI, Rede de Nutrição do Sistema Único de Saúde (OPAS/OMA).  - Projeto Saúde Familiar, Segurança Alimentar e Nutrição (OPAS/OMS) | - Proporção de domicílios com algum tipo de Insegurança Alimentar (30,2% em 2009, 34,9% em 2004)  - Proporção de domicílios com Insegurança Alimentar Grave (5% em 2009, 7% em 2004).  - Proporção de domicílios com algum tipo de Insegurança Alimentar na zona Rural (35,1% em 2009, 43,6% em 2004)  - Proporção de domicílios com Insegurança Alimentar leve na zona Urbana (18,6% em 2009, 33,3% em 2004)  - Domicílios com Insegurança alimentar Grave na região Nordeste (9,3% em 2009, 13,2 em 2004)  - Domicílios com Insegurança alimentar Grave na região Sul (2,1% em 2009, 3,7% em 2006)  -Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores sem instução e menos de um ano de estudo (20,2 em 2009, 29,2 em 2004)  - População de 5 a 17 anos em domicílios com algum tipo de Insegurança Alimentar (43,4% em 2009)  Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores de 5 a 17 anos de idade em domicílios particulares (17,5% em 2009, 24,6% em 2004)  - Déficit de peso de 10 a 19 anos de idade (3,4% em 2009).  - Déficit de peso masculino de 10 a 19 anos de idade (3,7% em 2009, 5% em 1989).  - Déficit de peso feminino de 10 a 19 anos de idade (3% em 2009, 2,7% em 1989).  - Adolescentes de 10 a 19 anos com obesidade (4,9% em 2009 e 2,3% em 2003) |  |  |  |
|  | - Selo UNICEF Município Aprovado, que é um reconhecimento outorgado pelo UNICEF ao município que assume iniciativas concretas e demonstra evolução na garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes e nos indicadores sociais, acima da média brasileira. Inclui indicadores sobre desnutrição. |  |  |  |  |
|  |  | - % de crianças c/aleitamento materno exclusivo (73,6% em 2009, 72% em 2006)  - Prevalência de desnutrição em < 2 anos (1,8 por 100 em 2009, 3,5% em 2006) Fonte: SIAB  - Déficit de peso em crianças menores de 10 anos (4,1% em 2009).  - Percentual de crianças <5 anos abaixo do peso (4,66% em 2010 e 3,58% em 2007). |  |  |  |
| Acesso, qualidade, participação e controle social melhorados na garantia do direito a moradia digna, acesso à água e saneamento | - programa nacional de saneamento rural em fase de elaboração pela FUNASA/MS (TC OPAS/OMS e FUNASA) |  |  |  |  |
| - Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis em São Paulo (PNUMA) | - Capacitação de cerca de cinco mil Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Proteção Social realizado em toda a cidade de São Paulo , que abordou concepções, atitudes e habilidades em torno de questões ambientais e de saúde.  - Elaboração e publicação do Relatório GEO Saude Cidade de São Paulo, que incluiu uma avaliação integrada de meio ambiente e saúde através de indicadores no contexto socioambiental e político da América Latina e o Caribe (ALC) |  |  |  |
| Projeto SUSHI - sustainable social housing initiative (PNUMA) | Mapeamento e avaliação acerca de opções de tecnologias e critérios sustentáveis a serem incluidos em projetos de habitações socias identificados a partir de um projeto piloto na cidade de São Paulo no Brasil. |  |  |  |
| - Relatório de Acompanhamento Objetivo de Desenvolvimento do Milênio Municípios do CONLESTE 2000 – 2008 (ONU-HABITAT/ ROLAC e Petrobras)  - Relatório de acompanhamento dos ODM publicado pelo IPEA em março 2010  - sistema de vigilância da qualidade da água para consumo humano (VIGIAGUA) implantado pela SVS/MS nos três níveis de governo (TC OPAS/OMS e SVS/MS)  - publicação do folder anual sobre indicadores de saúde ambiental pela SVS/MS ( 2006 a 2009)  - apoio ao PMSS | - Domicílios particulares permanentes com acesso a água (85,3% em 2009, 84,1% em 2006, PNAD 2009)  - Domicílios particulares permanentes com esgoto sanitário (53,3% em 2009, 49% em 2006)  - Domicílios urbanos com acesso a esgoto sanitário na Região Norte (16,6%).  - Domicílios particulares permanentes com coleta de lixo (89,4% em 2009, 87,4 em 2006) |  |  |  |
| Acesso, qualidade, participação e controle social melhorados na garantia do direito a saúde. | - Parceria na elaboração da Agenda Estratégica Mais Saúde  - Apoio Técnico à Campanha de vacinação contra a rubéola realizada de Agosto a setembro de 2008  - Campanha de vacinação contra influenza A (H1N1) 2009.  - Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS / CPLP) com áreas prioritárias: a redução da mortalidade infantil, melhoria do acesso à saúde reprodutiva e redução da mortalidade materna, combater o HIV/aids, malária, tuberculose e outras doenças infecciosas endêmicas.  - Apoiou durante 2008 e 2009 ao fortalecimento do Programa Nacional de Controle de TB sob os lineamentos da nova estratégia mundial Alto à Tuberculose (OPAS/OMS)  - Projeto “Mais Gestão é Mais Saúde” (OPAS/OMS).  - Cooperação firmada com o Ministério da Saúde para o fortalecimento da gestão descentralizada do SUS na conformação dos “Pactos pela Saúde” em suas três dimensões (Pacto pela vida, Pacto de Gestão e Pacto em defesa do SUS) (OPAS/OMS) | - Número de Óbitos Maternos Declarados (Redução de 2009 a 2010. Total em 2010 1.363).  - Taxa de Mortalidade Infantil (14,83 em 2009, 16,4 em 2006)  - Taxa mortalidade infantil por diarréia (3,8 por 1.000 nascidos vivos em 2009, 3 em 2006)  - Número de médicos por /1.000 habitantes (1,8 em 2008, 1,68 em 2005).  - Número de Enfermeiros por /1.000 habitantes (0,94 em 2008, 0,55 em 2005)  - Proporção da população cadastrada pela Estratégia Saúde da Família (53,01% em 2010, 46,98% em 2007)  - Índice Parasitário Anual (IPA) de malaria (14 em 2010, 19,46 em 2007)  - Taxa de letalidade das formas graves de dengue (3,77 em 2010, 5 em 2007) |  |  |  |
|  | - Número de notificações dos agravos à Saúde do Trabalhador constantes da Portaria GM/MS Nº. 777/04 (72.836 em 2010, 63.274 em 2008)  - Taxa de incidência de doenças relacionadas ao trabalho em segurados da Previdência Social (6,35 em 2008)  - Taxa de incidência de acidentes de trabalho em segurados da Previdência Social (16,56% em 2008, 16,96 em 2007) |  |  |  |
|  | - % de cobertura de consultas de pré-natal (92,6% em 2009, 90% em 2006)  - Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (58,14% em 2009, 55,82 em 2007).  - Taxa de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)/100.000 habitantes (0,68 em 2010, 0,51 em 2007). |  |  |  |
| - Iniciativa Rostos, Vozes e Lugares. Com a prioridade de trabalhar as metas dos ODM a nível local (OPAS/OMS)  - Cooperação técnica com ANVISA para a 7ª Edição da Relação Nacional de Medicamentos - Rename 2010 (OPAS/OMS).  - Uso Racional de Medicamentos. III Congresso Brasileiro sobre o Uso Racional de Medicamentos (URM) 2009 (OPAS/OMS).  - Avaliações das Funções Essenciais de Saúde Pública (Fesp) em diferentes estados (OPAS/OMS e Conass).  - Cooperação para o levantamento e sistematização de boas práticas na gestão de redes integrais de serviços no SUS (Laboratórios de Inovação) (OPAS/OMS).  - Termo de cooperação para trabalhar junto à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde facilitando os processos de gestão do trabalho e da educação no Sistema Único de Saúde. Com produtos:  a) Seminário Internacional sobre Planejamento da Força de Trabalho em Atenção Básica à Saúde;  b) Seminário Internacional sobre Fixação de Profissionais de Saúde em Áreas Remotas, Isoladas e de maior Vulnerabilidade;  c) Seminário Nacional do Telessaúde Brasil; Seminário Nacional sobre Educação Médica.  d) Foi lançada a Universidade Aberta do  SUS (UnaSUS) (OPAS/OMS).  - Lançamento do livro “Biossegurança em Saúde: Prioridades e Estratégias de Ação” como principal resultado da Oficina de Biossegurança em Saúde, realizada em junho de 2009 (OPAS/OMS)  - Continuidade da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa) na agenda do Ministério da Saúde (OPAS/OMS). |  |  |  |  |
| - Projeto Mundial sobre Prevenção de Lesões no Trânsito e Segurança Viária.  - Regulação e modelos assistenciais em saúde suplementar: produção científica da rede de centros colaboradores da ANS (ANS, OPAS/OMS)  -Estudo Implementação de diretrizes clínicas na atenção à saúde: experiências internacionais e o caso da saúde suplementar no Brasil (ANS, OPAS/OMS).  - A regulação da atenção à saúde no setor suplementar: histórias e práticas (ANS, OPAS/OMS). |  |  |  |  |
| Acesso, qualidade, participação e controle social melhorados na garantia do direito a um trabalho decente | - Estudo “Perfil de Trabalho Decente” que avalia o progresso em matéria de trabalho decente no Brasil de 1992 até 2007 (OIT, Ministério do Trabalho e Emprego, organizações de empregadores e trabalhadores, IBGE, IPEA e academia) (OIT)  - Em colaboração com a OIT, o Governo Federal lançou em 2006 a Agenda Nacional de Trabalho Decente e a I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente será realizada em maio de 2012 (OIT)  - Em colaboração com a OIT o Governo vem estabelecendo o Plano Nacional de Trabalho Decente (PNTD). O PNTD constitui uma referência do novo marco de cooperação entre o Brasil e a OIT. (OIT)  - Os governos dos estados de Mato Grosso e Bahia desenvolveram em parceria com a OIT suas agendas subnacionais do trabalho decente (OIT)  - Relatório “Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente” com ênfase na avaliação conceitual e empírica das relações entre emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente (CEPAL, OIT e PNUD). | - Taxa de desocupação na semana de referência 10 anos ou mais (8,4% em 2009, 9,4% em 2005)  - Taxa média anual de desemprego seis regiões metropolitanas (6,7% em 2010)  - Participação das mulheres no mercado de trabalho, 16 a 64 anos (64,8% 2009).  - Taxa de ocupação mulheres 10 anos ou mais (46,8 em 2009, 46,4 em 2005)  - Número de ocupados 16 a 64 anos sobre a População em Idade Ativa (69% em 2009)  - Rendimento médio mensal real do trabalho principal  - Grau de informalidade definição I (48,7% em 2009).  - Tempo médio de procura por trabalho para o desempregado com rendimento per capita familiar no primeiro decil mais pobre (248,3 dias em 2010, 341,4 em 2005) Fonte: IPEA, 2011 |  |  |  |
|  | - Coletânea “As boas práticas da Inspeção do Trabalho no Brasil”, composta de quatro publicações sobre o sistema de inspeção do trabalho no Brasil e as experiências brasileiras no âmbito da fiscalização nas seguintes áreas: erradicação do trabalho infantil; combate ao trabalho análogo ao de escravo; e setor marítimo (OIT, Secretaria de Inspeção do Trabalho)  - A OIT capacitou em 2011 aproximadamente 120 gestores públicos da região do ABC no estado de São Paulo. O objetivo foi de fortalecer o componente de igualdade de gênero e raça na Agenda Intermunicipal de Trabalho Decente da região do ABC (OIT) | - Nível de ocupação de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade (9,8% em 2009).  - Trabalhadores libertados de condições análogas à escravidão  - Taxas de sindicalização  - Taxa de desocupação Feminina 10 anos ou mais semana de referência (11,1% em 2009, 9,6% em 2008)  - Taxa de desocupação masculina 10 anos ou mais semana de referência (6,2% em 2009, 5,2% em 2008) |  |  |  |
|  | - Estudo “Trabalho decente e juventude” no qual aborda a relação entre emprego e juventude e faz um diagnóstico da situação laboral da juventude no país (OIT).  - Em parceria com a OIT, o Governo criou o Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude no Brasil, com o objetivo de elaborar a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude em 2008 (OIT) | - Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos na semana de referência (16,6% em 2009, 14,4% em 2008) |  |  |  |
|  | - A OIT forneceu cursos de capacitação ao governo, organizações de trabalhadores e de empregadores do estado da Bahia para a construção de indicadores dos avanços do trabalho decente no âmbito da Agenda Bahia do Trabaho Decente (OIT) |  |  |  |  |
| Acesso, qualidade, participação e controle social fortalecidos na garantia do direito à prevenção, diagnóstico, aconselhamento e tratamento ao HIV/AIDS. | - O Plano Integrado da ONU em Apoio à Resposta à Aids no Amazonas (Amazonaids) e na Bahia (Laços Sociaids) (Equipe Conjunta da ONU: UNAIDS (Coordenação), ACNUR, Banco Mundial, CEPAL, UNODC, UNICEF, ONU Mulheres (antes UNIFEM), UNFPA, UNESCO, OIT, OPAS/OMS, PNUD, Escritório do Coordenador Resistente da ONU)  - I Congresso Baiano de DST, Aids e Hepatites Virais,  - Campanha UNAIDS e Correios,  - Oficina de Sexualidade e Gênero  - Organização de Encontros, Nacionais e Estaduais para promover intercâmbio de experiências (UNAIDS)  - Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST em 2007 (UNAIDS, UNFPA, ONU Mulheres –antes UNIFEM - e UNICEF).  - Projeto Treatnet que se justifica pelas interfaces do tratamento de droga dependência com intervenções relacionadas ao HIV e à AIDS (UNODC, OMS).  - Fortalecimento à Educação Sexual em Países do MERCOSUL pela Cooperação Sul-Sul. Em 2007 iniciou o projeto de cooperação Sul-Sul“ Harmonização de Políticas Públicas para a Educação Sexual e a Prevenção do HIV/Aids no Ambiente Escolar”.  - Apoio ao Laços Sul-Sul – LSS (apoiando a resposta ao HIV), iniciativa da qual fazem parte o Brasil e mais sete países (UNICEF, UNESCO, UNFPA e UNAIDS).  - As diretrizes da Recomendaçãon nº 200 da OIT foram incluídas nas discussões com instituções governamentais, não-governamentais, organizações de trabalhadores e conselhos empresariais (OIT) | - Taxa de incidência de AIDS (18,18 em 2008)  - Taxa de incidência de AIDS em menores de 5 anos de idade (0,33 em 2010, 1,29 em 2007)  - Taxa de incidência de AIDS sexo feminino (14,24 em 2008)  - Taxa de incidência de AIDS sexo masculino (22,27 em 2008)´  - Casos de AIDS identificados (13.520 em 2010, 35.351 em 2007).  - Taxa de incidência de AIDS no Sudeste (20,4 por100 mil em 2009, 24,9 em 1999)  - Taxa de incidência de AIDS na região Norte (6,7 em 1999 para 20,1 em 2009). |  |  |  |
|  | - Premio Escola: concurso anual sobre prevenção do HIV/aids, gravidez na adolescência e uso de drogas (UNAIDS, ONUUNESCO, UNICEF, UNFPA).  - Projeto Pontos de Prevenção implementado em 2009.  - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) (UNICEF).  - Em 2010 Oficina sobre Gênero e HIV no Sistema Prisional.  - Programa Correios na Luta Contra a Aids (UNAIDS)  - Oficina com gestores locais, Capacitação de Agentes Indígenas de Saúde sobre HIV  - Apoio ao programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) com capacitação de profissionais de jovens e desenvolvimento de materiais (guias de capacitação para profissionais de saúde e educação, kit “Eu preciso fazer o teste de HIV?”, spots de TV, etc.) (UNICEF, UNESCO e UNFPA)  - Projeto para trabalhar a prevenção das DST/aids, gravidez não desejada, abuso de drogas e exploração sexual com meninos e meninas em situação de rua em quatro das maiores cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador) (UNICEF)  - Curso de Vigilância Epidemiológica em Gestantes e Crianças Expostas à Sífilis/HIV/Aids,  - pesquisa sobre acesso tardio aos serviços de saúde por indivíduos infectados pelo HIV na Bahia (UNAIDS)  - Plano de Qualificação das Linhas de Cuidado para a prevenção da transmissão Vertical do HIV e Sífilis no Semiárido e Amazônia Legal (UNICEF) | - Uso do preservativo entre adolescentes e jovens, primeira relação sexual 15 a 24 anos (60,9% em 2008) |  |  |  |
|  | - Em março de 2010, o UNAIDS e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) assinaram um Memorando de Entendimento que formaliza sua cooperação na resposta à aids nos países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.  - Projeto “Saber para Reagir” para a promoção do fortalecimento políticos de mulheres vivendo com HIV em países de língua portuguesa (UNAIDS, UNFPA, UNICEF, UNESCO) |  |  |  |  |
|  | - Lançado em parceria com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, o Manual de Comunicação LGBT (UNAIDS).  - Discussões de forma tripartite sobre o Plano Setorial sobre HIV/AIDS no mundo do trabalho para os trabalhadores aquaviários (OIT)  - Plano Estratégico para prevenir e combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero 2008 (UNAIDS) |  |  |  |  |
| **Prioridade Nacional** | Megaobjetivo I: Inclusão social e redução das desigualdades sociais  Desafio 8: Promover a redução das desigualdades raciais  Desafio 9: Promover a redução das desigualdades de gênero | | | | |
| **Resultado do UNDAF 2** | Desigualdades de gênero e raça-etnia reduzidas, considerando o impacto de heterogeneidades territoriais. Gender and racial/ethnic inequalities are reduced, taking into account territorial heterogeneities. | | | | | |
| **Resultado do Programa do País (CP Outcome)** | **Produtos e Atividades Realizadas** | **Resultados (Tendências Nacionais)** | **+** | **=** | **-** |
| Políticas públicas com maior incorporação e transversalização da dimensão gênero e raça-etnia, em sua formulação, implementação, gestão, monitoramento e avaliação | - Relatório de Acompanhamento Objetivo de Desenvolvimento do Milênio Municípios do CONLESTE 2000 – 2008 (ONU-HABITAT/ ROLAC e Petrobras)  - Suporte ao Programa Pró-igualdade de Gênero (ONU Mulheres – antes UNIFEM, e OIT)  - Suporte Grupo de trabalho “ Igualdade no Mundo do Trabalho”, coordenado pela Secretaria de Politicas para as Mulheres (SPM) (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT)  - Disseminação de campanha pela valorização do trabalho doméstico (OIT)  - Oficina de Promoção à Igualdade de Gênero e Conciliação entre Trabalho e Família (OIT)  - Seminário Nacional Expandindo os Direitos das Trabalhadoras Domésticas (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Apoio ao Grupo de Trabalho sobre Trabalho Doméstico, coordenado pela Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM) (ONU Mulheres – antes UNIFEM e OIT).  - Incorporação de gênero e raça em serviços públicos, programas e políticas e com a SPM (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio ao Programa Trabalho Doméstico Cidadão ”, implementado pelo governo brasileiro (MTE, SPM, SEPPIR, MEC), que prioriza aumento da escolaridade e treinamento profissional das trabalhadoras domésticas ( ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT).  - Articulação para criação e atividades de monitoramento do Curso de Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça, implementado pelo MEC, SPM e SEPPIR (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Publicação “Controle Social das Políticas Públicas: indicadores de gênero e raça no PPA 2008-2011” elaborado pelo CFEMEA (ONU Mulheres - antes UNIFEM)  - Apoio para a elaboração do plano de prevenção do trafico de pessoas da Unidade Temática de Gênero de Mercocidades (ONU Mulheres – antes UNIFEM). | - Número médio de anos de estudo de mulheres ocupadas de 10 anos ou mais (8,7 em 2009)  - Proporção de mulheres ocupadas de 10 anos ou mais que contribuem a Previdência (52,7% em 2009)  - Proporção de mulheres de 10 anos ou mais ocupadas em trabalhos não remunerados (6,3% em 2009)  - Percentual de negros entre os 10% mais pobres (1,4 vezes maior do que sua porcentagem  na população total, 2008) |  |  |  |
|  | - Participação Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, coordenado pela SPM (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT)  - Apoio técnico à elaboração da pesquisa piloto sobre Uso do Tempo realizado pelo IBGE (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT)  - Apoio elaboração questionário pesquisa Vitimização do IBGE (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT)  - Realização de seminário internacional sobre pesquisas de Uso do Tempo, organizado em parceria com IBGE e SPM (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT)  - Atualização, publicação e difusão da publicação “Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça” com indicadores desagregados por ,sexo/cor em parceria com Ipea e SPM (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Publicação e difusão do folheto “Por que desagregar dados por raça e etnia?” (ONU Mulheres - antes UNIFEM) |  |  |  |  |
|  | - Promoção Encontro de Trabalhadoras Domésticas (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT)  - Apoio Observatório Negro, Seminário “Mulheres Negras do Nordeste contra a Discriminação Racial” (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Campanha Respeito e Dignidade para as Trabalhadoras Domésticas: uma profissão como todas as outras (ONU Mulheres –antes UNIFEM- e OIT).  - Apoio técnico para realização de workshops sobre discriminação de Gênero e raça para jornalistas brasileiros em associação com a Federação Nacional de Jornalistas (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio mais de 25 campanhas sobre princípios de empoderamento da mulher (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Difusão documentário “As Américas têm cor: Afrodescendentes nos Censos do século 21”, elaborado pela Empresa Brasil de Telecomunicações (EBC) (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Difusão documentário “Trabalho Doméstico, Trabalho Decente”, elaborado pela Empresa Brasil de Telecomunicações (EBC) (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT)  - Realização das campanhas “Igual a você” e “Mulheres e Direitos”, ação interagencial Joint Team HIV/AIDS  - Publicação boletim informativo mensal “**Gênero, Raça e Etnia - Desenvolvimento Econômico e Social: Direitos e oportunidades para mulheres negras e indígenas” (ONU Mulheres – antes UNIFEM)**  **- Documentário “Mulheres no Cone Sul”,** elaborado pela Empresa Brasil de Telecomunicações (EBC) (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio à divulgação da análise da política nacional de segurança pública através de folhetos, website e livro, realizados pela sociedade civil (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Suporte à publicação de um balanço das políticas de gênero durante governo Lula (2003-2010) realizada pela sociedade civil (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  -Suporte do movimento feminista de Pernambuco (Centro das Mulheres do Cabo) ao status de sujeito político no campo da comunicação social, com vistas a qualificar sua intervenção pública em defesa dos direitos humanos das mulheres em todo o Estado (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Apoio à realização do “Prêmio Igualdade de Gênero” em parceria com a SPM (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  -Relatório sobre a situação dos povos indígenas em relação aos ODM.  - Campanha de radio “Respeito e Dignidade para as Trabalhadoras Domésticas: uma profissão como todas as outras" (SPM, UNIFEM, OIT) |  |  |  |  |
|  | -Projeto fronteira com o Paraguai para empoderamento de mulheres jovens indígenas guarani e ayoreo (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  -Programa *Jovens pesquisando jovens* com FLACSO-Argentina com seminários virtuais e mentorias para jovens mulheres (regional). |  |  |  |  |
| Maior capacidade política, institucional, gerencial e financeira das instâncias governamentais e não governamentais na promoção da equidade de gênero e raça. | - Suporte Programa Chapéu de Palha – Secretária da Mulher de Pernambuco, empoderamento econômico das mulheres da zona rural (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco para elaboração do Plano Estadual de Mulheres Rurais (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio a implementação do eixo sobre autonomia no mundo do trabalho do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres da SPM (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio realização das segundas conferências nacionais de políticas para as mulheres e políticas de promoção de igualdade racial, da SPM e da SEPPIR, respectivamente (GT Gênero e Raça)  - Apoio realização da Conferência das Américas, preparatória para a Conferência Mundial de Revisão de Durban (GT de Gênero e Raça) |  |  |  |  |
|  | - Apoio “Grupo Mulher Maravilha” rede de mulheres do semi-árido, afro-descendentes  - Curso de Promotoras Legais Populares para trabalhadoras domésticas (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio à inclusão do eixo de Racismo e Lesbofofobia no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, ação da AMNB (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio a realização do Foro da Sociedade Civil, preparatório para a Conferência Mundial de Revisão de Durban (GT de Gênero e Raça)  - Apoio às organizações e redes de mulheres para participação da XI Conferencia Regional da Mulher da CEPAL  - Publicação com dados sobre realidade de mulheres de terreiro (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Fortalecimento de capacidades de mulheres raspadeiras de mandioca em cidadania e igualdade de gênero e raça, contribuindo para seu empoderamento econômico. (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  -Apoio a mulheres jovens e suas redes para incidência na conferencia mundial da juventude, na política pública, nos partidos políticos e em outras instancias (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Apoio à apresentação de emendas às leis orçamentárias nacionais, estaduais e municipais favoráveis a defesa dos direitos das mulheres, realizadas pela sociedade civil e suas redes (ONU Mulheres – antes UNIFEM). |  |  |  |  |
| Participação incrementada de mulheres, negros e etnias nas instâncias decisórias, públicas e privadas | - Missão de diagnóstico e planejamento participativo para promoção dos direitos de mulheres com HIV (UNAIDS)  - Suporte ao Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade  - Apoio à ampliação da participação de mulheres nas instâncias decisórias do Orçamento Participativo de Recife (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Apoio à campanha “Mais Mulheres no Poder” da Secretaria de Políticas para as Mulheres, pelo aumento da participação feminina nos espaços de poder (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e PNUD)  - Apoio à construção de capacidade de liderança e à capacitação em políticas sensíveis ao gênero de vereadoras e prefeitas eleitas e futuras líderes municipais no estado do Rio de Janeiro (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Estudos para apoio a elaboração da legislação eleitoral no sentido de quotas para mulheres nas eleições |  |  |  |  |
|  | - Apoio ao Programa Pró Equidade de Gênero, coordenado pela SPM (ONU Mulheres – antes UNIFEM)    - Princípios de Empoderamento das Mulheres |  |  |  |  |
| Igualdade de oportunidades de acesso à educação, aos serviços de saúde e ao trabalho decente para mulheres, negros e etnias incrementada | - Estudo **“Perfil de Trabalho Decente”** que avalia o progresso em matéria de trabalho decente no Brasil de 1992 até 2007 (OIT, Ministério do Trabalho e Emprego, organizações de empregadores e trabalhadores, IBGE, IPEA e academia).  - Em colaboração com a OIT o Governo vem estabelecendo o **Plano Nacional de Trabalho Decente.** O PNTD constitui uma referência do novo marco de cooperação entre o Brasil e a OIT.  - Missão de diagnóstico e planejamento participativo para promoção dos direitos de mulheres com HIV (UNAIDS)  - Ações preparatórias para incidência na Conferencia Internacional do Trabalho da OIT, visando adoção de um instrumento internacional para regular o trabalho doméstico remunerado (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT)  - Pesquisa qualitativa sobre realidade do trabalho doméstico remunerado no Brasil (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT) | - % de rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas, em relação ao rendimento médio dos homens (71% em 2009, 69% em 1999)  - % de mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em empregos com carteira (30,3% em 2009)  - % de mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em empregos sem carteira (12,7% em 2009, 11,8 em 1999)  - % de mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalho doméstico sem carteira (12,3% em 2009)  - % de mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalho informal (51,2% em 2009)  - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento do sexo feminino (0,504 em 2009)  - Taxa de analfabetismo mulheres de 15 anos ou mais (9,6% em 2009)  - Número médio de anos de estudo mulheres de 15 anos ou mais (7,7% em 2009, 7,6 em 2008)  - Taxa de escolarização mulheres de 15 a 17 anos (86,3% em 2009)  - Taxa de analfabetismo pessoas negras 15 anos ou mais (13,4% em 2009)  - Média de anos de estudo de pessoas negras de 15 anos ou mais (6,7 em 2009) Fonte: IPEA, 2010  - Taxa de freqüência líquida ensino médio de pessoas negras de 15 a 17 anos (43,5 em 2009)  - Taxa de freqüência líquida ensino superior de pessoas negras de 18 a 24 anos (8,3 em 2009)  - Porcentagem do rendimento-hora dos pretos e pardos em relação ao dos brancos (56,7% em 2008)  - Proporção do rendimento-hora das mulheres pretas e pardas em relação às mulheres brancas (60,7% 2008) |  |  |  |
|  | - Apoio a cursos para jornalistas sobre gênero e etnia (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Oficinas com centrais sindicais e empregadores para preparar e conscientizar sobre os direitos das trabalhadoras domésticas e processo de discussão do tema na Conferência Internacional do Trabalho. (ONU Mulheres – antes UNIFEM - e OIT).  -Fortalecimiento de organizações de base de mulheres jovens (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Oficina Nacional Tripartite sobre Trabalho Doméstico, evento articulado ao Seminário Regional sobre Trabalho Doméstico (OIT) |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Prioridade Nacional** | Megaobjetivo III – desafio 25: Garantir a segurança pública com implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas  Megaobjetivo I – desafio 7: Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos | | | | | | |
| **Resultado do UNDAF 3** | Violência reduzida, promovendo a paz, a conciliação e a justiça.Reduced violence, promoting peace, conciliation and justice. | | | | | | |
| **Resultado do Programa do País (CP Outcome)** | **Produtos e Atividades Realizadas** | **Resultados (Tendências Nacionais)** | | **+** | | **=** | **-** |
| Políticas e programas de prevenção e redução da violência e atenção a vítimas formulados e implementados de forma articulada | - Apoio à rede nacional que trabalha a questão da violência letal contra adolescentes, respaldando a Agenda Social da Criança e do Adolescente, do governo federal, e identificando boas práticas e medidas efetivas para superar a violência; apoio ao Programa Nacional de Redução da Violência Letal (UNICEF)  - Construção do Índice de Homicídios na Adolescência (UNICEF)  - Lançamento e divulgação em eventos nacionais do Informe Mundial sobre a Situação de Segurança no Trânsito, com dados de uma pesquisa realizada em 178 países (OPAS/OMS)  - Construção, implementação e avaliação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, BRA/08/015 (PNUD, ABC, MJ)  - Incentivo mobilização do governo para monitorar e avaliar “Pacto de Violência contra a Mulher nos estados de São Paulo e Minas Gerais (ONU Mulheres – antes UNIFEM). | - % Óbitos de jovens por homicídios (39,7%)  - Número de Homicídios no Brasil (50.113 em 2008, 41.950 em 1998)  - Taxa de homicídios por 100 habitantes Rio de Janeiro (34 em 2008, 55,3 em 2008)  - Taxa de homicídios por 100 habitantes Bahia (32,9 em 2008, 9,7 em 2008)  - Número de Homicídios na População Total por Capital e Região Brasil (redução 3,1% entre 1998/2008)  - Taxas de Homicídio na População Total no Interior do Estado (aumento de 38% entre 1998/2008)  - Taxas de Homicídio Jovem 15 a 24 anos por 100 mil (52,9 em 2008)  - Taxas de Homicídio Jovem 15 a 24 anos por 100 mil Rio de Janeiro (76,9 em 2008)  - Taxas de Homicídio Jovem 15 a 24 anos por 100 mil Bahia (70,7 em 2008, 16,5 em 1998).  - Taxas de Homicídio população negra por 100 mil (33,6 em 2008)  - Índice de Vitimização por cor[[8]](#footnote-8) (103,4 em 2008)  - Taxa de ocupação de presídios (148% em 2007)  - Taxa de homicídio por 100 mil (25,4 em 2007) |  | |  | |  |
|  | - Oficinas macrorregional do Viva (Vigilância de Violência e Acidentes) para capacitar os estados e municípios brasileiros para notificação (OPAS/OMS).  - Avaliação e lições aprendidas da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania, que recolhe as lições aprendidas (PNUD)  Suporte campanha através de folhetos “Violência contra a Mulher é agora um crime” (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Suporte duas plataformas digitais multimídia com parceria de AVON para disseminar os direitos das mulheres (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Suporte campanha ”Violência contra a Mulher – Quebre o ciclo” (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Criação de Foruns de Diálogo em Recife/Pernambuco, em asociação com organizações sociais, de mulheres e governo que difundem e retratam contextos de situação de violencia contra as mulheres (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Criação de duas plataforma digitais, para jovens e profissionais do Direito, para disseminação da Lei Maria da Penha (Lei No. 11.340/2006 ) (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  -Promoção da participação de homens jovens e adultos na promoção da equidade de gênero e na redução da violência de gÊnero no Brasil (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres 2009 (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  -Realização e divulgação na mídia de uma pesquisa de opinião pública sobre o caso emblemático da excomunhão em Recife mostrando o tema da violência institucional e simbólica da  Igreja católica como uma das causas da violência contra as mulheres (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Mobilização das mulheres, organizações da sociedade civil, movimentos comunitários na questão da violência contra a mulher (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Publicação sobre a história da Lei Maria da Penha, seu conteúdo e jurisprudência sobre a violência contra as mulheres, os direitos humanos e a responsabilidade do Estado, para promoção da Lei Maria da Penha e do processo de sua elaboração como uma boa prática legislativa na região latino-americana e demais países (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Criação do Observatorio da Violencia contra as muheresem Pernambuco, que produz informação sobre a violencia, com base em estadísticas oficiais, ação do Programa Cidades Seguras (ONU Mulheres – antes UNIFEM).. | - Operações de grande porte da Policia Federal  - Proporção de municípios prioritários do estado com rede de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde implantadas.  - Proporção de municípios prioritários do estado com notificação de violência doméstica, sexual e/outras violências implantadas (Fonte: Pacto pela Saúde 2010/2011)  - Número de ocorrências registradas nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (média de 1.688,7 em 2007)  -Qualificação da fala publica das mulheres durante os movimentos de mobilização e no cotidiano da ação organizada das mulheres no Estado (SOS CORPO). |  | |  | |  |
| Sistemas de justiça (judiciário, prisional, segurança pública) mais modernos e humanizados | - Curso de mediação de conflitos para policiais (PNUD)  - Capacitação para justiça comunitária (PNUD) |  |  | |  | |  |
|  | - Política do ACNUR sobre Proteção e Soluções para Refugiados em áreas urbanas. 2009 (ACNUR)  - Sistematização dos resultados do Programa Promotoras Legais Populares de Porto Alegre/RS e ampliação do diálogo com operadores do direito sobre os direitos humanos das mulheres (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio ao Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (OIT)  - Apoio à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) na construção de cursos de formação de juízes e promotores (OIT) |  |  | |  | |  |
|  |  |  |  | |  | |  |
|  | - Identificação e intervenção nos contextos de violência intra-familiar objetivando sua desnaturalização e conseqüentes possibilidades de redução de interações familiares com violência na comunidade de Uberlandia (ONU Mulheres – antes UNIFEM). |  |  | |  | |  |
|  | - Curso de gestão em segurança cidadã (PNUD) |  |  | |  | |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Prioridade Nacional** | Megaobjetivo III: Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia | | | | |
| **Resultado do UNDAF 4** | Políticas e gestão públicas eficazes, transparentes e participativas asseguradas como mecanismos de promoção e exigibilidade dos direitos humanos.Effective, transparent and participatory public policies and management are ensured, as a mechanism for the promotion and enforcement of human rights | | | | |
| **Resultado do Programa do País (CP Outcome)** | **Produtos e Atividades Realizadas** | **Resultados (Tendências Nacionais)** | **+** | **=** | **-** | |
| Maior participação da sociedade civil, do setor privado e instituições governamentais no monitoramento e exigibilidade dos direitos humanos | - Informe de Avaliação Final: Projeto de Fortalecimento dos Escritórios Da Defensoria Pública no Brasil (PNUD).  - Experiências internacionais de gestão de serviços de assistência jurídica gratuita, mapeados, em parceria com o LAC/SURF | - Índice de Percepção de Corrupção (3,7 em 2010)  - Índice Liberdade de Direitos Políticos (2 em 2011, 2 em 2004)[[9]](#footnote-9)  - Índice Liberdade de Direitos Civis (2 em 2011, 3 em 2004) |  |  |  | |
|  | - Apoio ao disseminação dos princípios do Pacto Global com aumento do número de empresas do setor privado que aderiram (PNUD) |  |  |  |  | |
|  | - Capacitações à Polícia Federal (PRF) e à Polícia Rodoviária Federal (PRF) no combate ao tráfico de pessoas e a exploração sexual de crianças e adolescentes (OIT) |  |  |  |  | |
| Administração pública provida de instrumentos para gestão modernizada e transparente | - Sistemas de informação voltados à melhoria da gestão das Defensorias Públicas, desenvolvidos (PNUD)  - Equipe das Defensorias Públicas, treinadas, em localidade piloto selecionada, para a implementação do sistema (PNUD). |  |  |  |  | |
|  | - Apoio a disponibilização de sistema de informação na Previdência, TCU, Ministério da Saúde, CVM, Tesourto (Gestão da dívida pública) – PNUD |  |  |  |  | |
|  | - Portal ODM com informação para todos os municípios brasileiros (PNUD e UNICEF)  - Cartilha localização dos ODM (PNUD)  - Apoio ao estabelecimento de núcleos Nós Podemos nos estados (PNUD) |  |  |  |  | |
| Atores sociais exercendo maior democracia participativa nos diferentes níveis governamentais. | - Livro sobre refoma política (PNUD) |  |  |  |  | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Prioridade Nacional** | Megaobjetivo II: Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais | | | | |
| **Resultado do UNDAF 5** | Uso eficiente dos recursos disponíveis garantido para a promoção do desenvolvimento econômico eqüitativo e ambientalmente sustentável.More efficient use of available resources is ensured to promote an equitable and environmentally sustainable economic development | | | | | | |
| **Resultado do Programa do País (CP Outcome)** | **Produtos e Atividades Realizadas** | **Resultados (Tendências Nacionais)** | **+** | **=** | **-** | |
| Priorização, maior alocação e execução dos orçamentos públicos em programas sociais, preservando a eficiência no uso dos recursos disponíveis | - Suporte à incorporação de orçamento às ações do Plano Municipal de Políticas para Mulheres pelas diversas secretarias envolvidas nas ações do Plano (UNIFEM).  - Apoio à criação de indicadores de gênero para utilização no planejamento e no processo de elaboração do orçamento municipal de Recife, assim como capacitação da equipe técnica da prefeitura para correta utilização desses indicadores (UNIFEM).  - Suporte à criação do “Fórum de Gênero para Gestores(as)” em Recife, para inclusão de gênero no planejamento e no processo de elaboração do orçamento municipal (UNIFEM).  - Suporte à capacitação em políticas públicas, orçamento e direitos para gestoras de mecanismos governamentais de mulheres de 44 municípios de Pernambuco (UNIFEM).  - Avaliação do Bolsa Família (PNUD)  - Avaliação do Programa Luz para Todos (PNUD) | - Número de famílias beneficiarias do Programa Bolsa família (12,95 milhões em 2011)  - Gasto federal com saúde como proporção do gasto federal total (4% em 2008)  - Percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao PIB (5,7% em 2009)  - Percentual do Investimento Direto em Educação por Esfera de Governo em Relação ao Gasto Público Social (GPS) (14,4% em 2009) |  |  |  | |
|  | - Curso de Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça, implementado pelo MEC, SPM e SEPPIR (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Apoio ao monitoramento das políticas de gênero no orçamento nacional através da metodologia Orçamento Mulher, elaborada e executada pela sociedade civil (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio à difusão de metodologia de monitoramento da política de habitação com enfoque de gênero, para organizações da sociedade civil e movimentos sociais de Pernambuco (ONU Mulheres – antes UNIFEM)  - Apoio ao monitoramento da execução da política nacional de segurança pública, assim como de seu desenho com respeito à inclusão da perspectiva de gênero e raça (ONU Mulheres – antes UNIFEM).  - Apoio à ampliação da participação de mulheres nas votações do Orçamento Participativo de Recife e inclusão do tema de gênero na cédula de votação de propostas (ONU Mulheres – antes UNIFEM). |  |  |  |  | |
|  | Programa de Desenvolvimento Local Humano em quatro municíos em parceria com a Confederação Nacionao de Municípios |  |  |  |  | |
|  | **-** Premio ODM Brasil – MDG Brazil Award. Good Practices Form, 2008 (PNUD)  - Movimento Nós Podemos Paraná.Good Practices Form MDG, 2009 (PNUD) |  |  |  |  | |
| Políticas públicas com maior incorporação e transversalização da dimensão ambiental, em sua formulação, implementação, gestão, monitoramento e avaliação | - Estudo sobre o levantamento do número de trabalhos verdes no Brasil associada à noção de trabalho decente e dentro de um processo de transição para uma economia de baixas emissões de carbono (OIT)  - Apoio a elaboração do Inventário Nacional para UNDFCCC (PNUD)  - Apoio a construção de protótipo do ônibus de hidrogênio (PNUD) | - Trabalhos verdes em 2008: **2.653.059** empregos  - Corte ilegal de florestas para a produção de madeiras caiu 53% entre 2004 e 2008. |  |  |  | |
| Políticas governamentais de desenvolvimento sustentável formuladas e implementadas | Painel Brasilerio de Mudanças Climáticas | Primeiro Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas criado e estabelecido no Brasil para contribuir com estudos sobre os impactos das mudanças climáticas a nivel nacional. |  |  |  | |
| - Geo Saúde: cidade de São Paulo. Resumos e lições aprendidas, que avalia problemas ambientais que impactam a saúde (PNUMA)  - Geo Brasil Recursos Hídricos: componente da série de relatórios sobre o estado e perspectivas do meio ambiente no Brasil (MMA, ANA, PNUMA).  - Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Ponta Porã (PNUMA, ONU-HABITA, IBAM, ISER, MMA, MINISTERIO DAS CIDADES)  - Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Piranha (PNUMA, ONU-HABITA, IBAM, ISER, MMA, MINISTERIO DAS CIDADES)  - Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Marabá (PNUMA, ONU-HABITA, IBAM, ISER, MMA, MINISTERIO DAS CIDADES)  - Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Beberibe (PNUMA, ONU-HABITA, IBAM, ISER, MMA, MINISTERIO DAS CIDADES). | Dados ambientais disponíveis para contribuir com tomadas de decisões e no processo de desenvolvimento de politicas publicas |  |  |  | |
| - Projeto de selo ecológico (MDIC, PNUMA);  - Projeto Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodviersidade (MCT, PNUMA)  - Estabelecimento de cadeias agro-alimentares eficientes e sustentáveis; (MP, MMA, PNUMA)  - Campanha Três bilhões de Arvores (PNUMA - UNCT);  - Estudo Financiamentos públicos e Mudança do Clima, o qual avalia o setor financeiro público em relação a ações e estratégias associadas à mudança do clima (Embaiaxada Britânica, PNUMA).  - Projeto para Manejo de Bacias Hidrográficas no Brasil (MMA, PNUMA);  - Apoio a Elaboração do Plano Nacional de implementação da Conevenção de Estocolmo de Poluente Organicos Persistentes (MMA, PNUMA) | gestores públicos com capacidades fortalecidas para a formulação e gestão de programas de desenvolvimento sustentável |  |  |  | |
| - Programa de manejo sustentável da bio diversidade com Comunidades Tradicionais (PNUD) |  |  |  |  | |

**Referências**

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna,** 2010. Disponível em: <<http://svs.aids.gov.br/dashboard/mortalidade/materna.show.mtw>>

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal,** 2010**.** Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dashboard/mortalidade/infantil.show.mtw>

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores Pacto pela Saúde 2010/2011**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dh.exe?pact2010/pactbr.def>

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderno de Informações de Saúde. 2010

BRASIL, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Censo Escolar 2009.

BRASIL, MINISTERIO DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2008. Brasília, 2009.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2011:** The authoritarian challenge to democracy. 2011. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/images/File/fiw/FIW_2011_Booklet.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009: Sínteses de Indicadores. IBGE: Rio de Janeiro, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009: Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. IBGE: Rio de Janeiro, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010. IBGE: Rio de Janeiro, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009. IBGE: Rio de Janeiro, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010. IBGE: Rio de Janeiro, 2010

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Desemprego e desigualdade no Brasil metropolitano**. Comunicados do IPEA, n° 76. 2011

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **PNAD 2009 - Primeiras análises: Situação da educação brasileira - avanços e problemas**. Comunicados do IPEA, n° 66. 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Orçamento Federal ao Alcance de Todos, 2011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: IPEA, 2010

WARSELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**: Os Jovens no Brasil. Sumário Executivo. Instituto Sangari, Ministério da Justiça. 2011

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Índice de Percepção de Corrupção. Disponível em: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results>

1. Outros organismos com presença programática no Brasil incluem AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), IAPSO (Escritório para Serviços de Licitação Inter-Agência), OMM (Organização Metereológica Mundial), OMPI (Organização Mundial de Propriedade Intelectual), UNCDF (Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital), UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), UNDESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas), United Nations Headquarters, Universidade das Nações Unidas, UNMOVIC (Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção), UNOPS (Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos) e UPU (União Postal Universal). [↑](#footnote-ref-1)
2. Diferentes valores são encontrados em documentos diversos sobre os recursos planejados para o UNDAF 2007-2011. Eles oscilam entre US$ 217-219 milhões. [↑](#footnote-ref-2)
3. No Documento “Consolidated Comments from PSG on Brazil UNDAF draft” feito pelo UNFPA, UNICEF e PNUD, argumenta-se sobre o resultado 4 que “Este resultado recebeu um tratamento mais fraco que os outros”, chamando atenção também para como os produtos 4.1.1 e 4.3.1 precisariam ser melhor especificados também. [↑](#footnote-ref-3)
4. As agências participantes desse survey foram UNICEF, UNESCO, ACNUR, ONU MULHERES, UN-HABITAT, OIT, OPAS/OMS, PNUMA, UNAIDS, UNIDO e PNUD [↑](#footnote-ref-4)
5. Informação disponível no documento “Narrative 2010” do Escritório da Coordenação do SNU no país. [↑](#footnote-ref-5)
6. Esses elementos refletem as opiniões das agências que responderam ao survey conduzido e não necessariamente o ponto de vista da equipe que elaborou esse relatório. [↑](#footnote-ref-6)
7. A taxa de escolarização líquida indica a proporção da população em determinada faixa etária que se encontra freqüentando escola no nível adequado à sua idade (IBGE, 2010) [↑](#footnote-ref-7)
8. Índice de Vitimização por cor significa a proporção de negros em relação dos brancos que morrem por homicídio. Um índice de 103,4 significa que morrem proporcionalmente 103,4% mais negros do que brancos (WARSELFISZ, 2011) [↑](#footnote-ref-8)
9. O índice de Liberdades em direitos políticos e liberdades civis tem uma escala de 1 a 7. Mais próximo de 7 significa menor liberdade (FREEDOM HOUSE, 2011) [↑](#footnote-ref-9)